

CONTAS NACIONAIS
número 15

CONTAS REGIONAIS
DO BRASIL

2 0 0 3

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Paulo Bernardo Silva

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Eduardo Pereira Nunes

Diretor Executivo
Sérgio da Costa Côrtes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Wasmália Socorro Barata Bivar

Diretoria de Geociências
Guido Gelli

Diretoria de Informática
Luiz Fernando Pinto Mariano

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Pedro Luis do Nascimento Silva

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Contas Nacionais
Roberto Luís Olinto Ramos

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Contas Nacionais

Contas Nacionais

número 15

Contas Regionais do Brasil 2003

Rio de Janeiro
2005

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1415-9813 Contas nacionais

Divulga os resultados do Sistema de Contas Nacionais relativos às tabelas de recursos e usos, contas econômicas integradas, contas regionais do Brasil, produto interno bruto dos municípios e matriz de insumo-produto.

ISBN 85-240-3828-4 (CD-ROM)

ISBN 85-240-3829-2 (meio impresso)

© IBGE. 2005

Elaboração do arquivo PDF

Roberto Cavararo

Produção da multimídia

Marisa Sigolo Mendonça

Márcia do Rosário Brauns

Capa

Marcos Balster Fiore e Renato J. Aguiar - Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações-CDDI

Sumário

Apresentação

Introdução

Contas Regionais do Brasil

Antecedentes

Contas Regionais do Brasil 2003

Perspectivas

Tabelas de resultados

1 - Composição do Produto Interno Bruto do Brasil, a preços correntes - 1985-2003

2 - Produto Interno Bruto do Brasil a preços correntes, por Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2000-2003

3 - Valor adicionado bruto, por Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2000-2003

4 - Produto Interno Bruto per capita do Brasil, por Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2000-2003

5 - População do Brasil, por Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2000-2003

6 - Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no Produto Interno Bruto do Brasil - 2000-2003

7 - Variação acumulada do volume do valor adicionado bruto das Grandes Regiões e Unidades da Federação, por atividades econômicas - 2000-2003

8 - Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no valor adicionado bruto do Brasil por atividades econômicas - 2000 -2003

9 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto, por Unidades da Federação - 2000-2003

Referências

Glossário

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, através da Coordenação de Contas Nacionais, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, dá continuidade ao projeto de elaboração de estimativas do Produto Interno Bruto – PIB de cada Unidade da Federação, coerentes, comparáveis entre si e compatíveis com as Contas Nacionais do Brasil, e divulga, neste volume, os resultados das Contas Regionais do Brasil do ano de 2003.

As tabelas apresentadas nesta publicação compreendem informações sobre a composição e evolução do Produto Interno Bruto de cada Unidade da Federação, calculadas a partir de estatísticas sobre o Valor Anual da Produção, Consumo Intermediário e Valor Adicionado de cada Atividade Econômica.

Os dados das Contas Regionais, de cada ano, são apresentados em valores correntes, expressos pela moeda do próprio ano, e em valores constantes, medidos pelos preços do ano imediatamente anterior, conforme as recomendações das Nações Unidas para a atualização anual dos ponderadores.

A publicação apresenta indicadores de crescimento do volume da produção anual de cada atividade econômica e os respectivos índices anuais de preços dos bens e serviços produzidos e dos principais insumos consumidos.

Também é apresentado o valor adicionado por Unidade da Federação, incluída a parcela do *dummy* financeiro de cada estado, pois todos os indicadores de participação contidos na publicação são referenciados ao Valor Adicionado Bruto.

Os dados divulgados permitem estimar o Valor Adicionado Bruto anual, por atividade, expresso em valor corrente e constante, e o Produto Interno Bruto, avaliado ao preço de mercado de cada Unidade da Federação.

A divulgação desses resultados conclui com êxito mais uma etapa do programa de trabalho conjunto do IBGE com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e SUFRAMA, iniciado em 1996, e reflete uma convergência de esforços entre as equipes envolvidas na elaboração dos dados regionais.

Na elaboração deste projeto, o IBGE contou com o apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Agradecemos a todos que, de alguma forma, participaram da elaboração deste trabalho, em especial aos membros da Comissão Técnica, instituída com as atribuições de decidir sobre procedimentos metodológicos, quando necessário; propor alterações nos trabalhos de cálculo das Contas Regionais, segundo a metodologia das Contas Regionais do IBGE; e atestar que os resultados elaborados, pelos estados, estão compatíveis com a metodologia proposta pelo IBGE para a construção das Contas Regionais do Brasil.

Wasmália Bivar
Diretora de Pesquisas

Introdução

A disponibilidade de indicadores atualizados sobre a realidade socioeconômica regional vem-se constituindo numa necessidade cada vez maior para os responsáveis pela formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional. Esta necessidade reflete a mudança que vem ocorrendo no padrão de relacionamento entre o governo federal, estados e municípios, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual procurou dar aos poderes locais maior responsabilidade e autonomia para decidirem sobre a forma de gestão dos recursos tributários necessários para a execução das políticas de desenvolvimento do espaço regional.

A efetiva transformação das esferas municipais e estaduais em instâncias de planejamento eficaz depende, por sua vez, da capacidade financeira dos respectivos governos. Todavia, estes mesmos governos enfrentam permanentemente o dilema representado pela necessidade de conciliar políticas de desenvolvimento regional com a administração de orçamentos desequilibrados.

No que diz respeito às ações voltadas para a elevação das receitas, os governos locais reivindicam a ampliação da sua participação nas receitas fiscais para assumirem as responsabilidades definidas na Constituição de 1988. Já em relação às despesas, observa-se, como recurso dos governos locais, práticas de coordenação macroeconômica regional que incentivam a criação de externalidades regionais, com o intuito de atrair novos investidores para seus respectivos estados e municípios, as quais podem resultar na elevação dos gastos públicos, ou na perda de receita por intermédio da renúncia fiscal.

Este dilema das administrações públicas estadual e municipal manifesta-se de diversas formas:

- em primeiro lugar, através dos debates acerca do perigo de uma guerra fiscal entre as Unidades Federativas para a atração de novas empresas, nacionais ou estrangeiras;
- em segundo lugar, através da pressão dos estados sobre os sistemas de informações regionalizadas, tendo em vista a preocupação dos respectivos governos com os indicadores de desempenho das suas economias, que podem revelar a eficácia das políticas públicas adotadas; e
- finalmente, através da busca permanente de novos recursos junto ao governo federal, ao poder legislativo e judiciário, com repercussão sobre os sistemas de informações regionalizadas referentes à população e à renda *per capita* gerada em cada Unidade da Federação, uma vez que a legislação brasileira determina que parte dos tributos federais sejam distribuídos para os estados e municípios, a partir de critérios definidos de acordo com a população e renda *per capita*.

Todos estes aspectos relacionados com a gestão de políticas e finanças públicas tendem a exercer forte pressão sobre o sistema estatístico nacional, pois a coordenação de políticas macroeconômicas exige informações estatísticas atualizadas, coerentes, compreensíveis e acessíveis aos gestores públicos.

Por outro lado, o contexto atual de crescente globalização das economias, que contribuiu para as transformações verificadas no âmbito das atividades produtivas e das estratégias competitivas das empresas, também exerce pressões sobre o sistema estatístico em busca de informações regionalizadas. A globalização da produção constitui um processo segundo o qual a produção de bens finais e matérias-primas pode ocorrer em vários países simultaneamente e de acordo com estratégias empresariais de venda e de comércio intrafirma em escala mundial.

Para acompanhar a tendência atual de globalização da produção, com repercussões sobre as estratégias de localização das plantas industriais e de formação de blocos econômicos de países, com reflexos sobre a especialização produtiva de cada estado ou região, as empresas precisam conhecer de perto as informações referentes à performance e à capacidade competitiva das economias de cada estado, para poderem definir, com segurança, suas estratégias de expansão, localização e vendas.

Assim como governos e empresas, também os estudiosos dos problemas relacionados com a questão federativa brasileira precisam de informações regionalizadas para analisarem a dinâmica dos desequilíbrios regionais que caracterizam a economia brasileira.

A fim de atender a estas demandas, o IBGE desenvolveu um programa de trabalho em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, visando à construção de um conjunto de indicadores coerentes e comparáveis, no tempo e no espaço. Para isso, a metodologia proposta para a construção de Contas Regionais deveria ser compatível com a metodologia desenvolvida pelo IBGE na área de Contas Nacionais.

A especificidade das economias regionais requer, no entanto, o desenvolvimento de uma metodologia adequada à realidade econômica das Unidades da Federação e compatível com a disponibilidade dos dados estatísticos necessários à construção de modelos de contas regionais. Em virtude dessa particularidade, o IBGE optou pela construção de um Sistema de Contas Regionais voltado para a elaboração da Conta de Produção das principais atividades econômicas de cada estado, a qual fornece as informações referentes ao processo de geração da renda regional, cujo valor síntese é expresso pela medida do Produto Interno Bruto - PIB.

Por outro lado, a análise da disponibilidade dos dados no nível de cada Unidade da Federação sugere que é mais factível calcular o PIB regional de acordo com a ótica do produto, a qual determina que o valor agregado bruto resulta da diferença entre o valor bruto da produção e o respectivo consumo intermediário.

Todavia, aspectos de natureza conceitual e metodológica impedem que o cálculo do Produto Interno Bruto regional seja realizado da mesma forma como nas Contas Nacionais. As soluções para estes problemas foram encontradas ao longo dos trabalhos de montagem da série do PIB a partir do ano de 1985 em diante, e avaliadas durante os Cursos e Encontros de Contas Regionais promovidos pelo IBGE. Os procedimentos metodológicos alternativos foram definidos de acordo com a experiência de outros países neste campo (MÉTODOS..., 1995; e DEJONGHE; VINCENAU, [1996]) e adaptados à realidade do sistema estatístico brasileiro.

As dificuldades para a regionalização do cálculo do PIB compreenderam a falta de dados consistentes com o conceito de produção regional de algumas atividades (comércio, transportes, construção e instituições financeiras), assim como a falta de indicadores apropriados para a estimativa da evolução da produção física e dos preços dos produtos em alguns estados.

Ao longo dos anos de preparação dos dados das Contas Regionais do período de 1985-2003, novas fontes de informação foram incorporadas à metodologia, contribuindo para assegurar a comparabilidade regional dos dados. Dentre as novas fontes de informação, pode-se citar a Pesquisa Anual de Serviços, implantada pelo IBGE, em 1998; e os dados da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel sobre as empresas de telecomunicações.

O cálculo do PIB da economia nacional consiste na avaliação da produção, em um determinado ano, do conjunto de unidades produtivas localizadas no interior do Território Nacional. Neste caso, portanto, o critério fundamental que norteia o conceito (âmbito) de produção nacional apoia-se na noção de residência do produtor. Assim, toda unidade (empresa privada ou pública; administração pública; ou unidade familiar) produtora de bens ou serviços (mercantis e não-mercantis) residente no Território Nacional é contemplada no cálculo do Produto Interno Bruto das Contas Nacionais.

Já a estimativa do PIB regional consiste na definição da metodologia que transfira para a esfera estadual o conceito de residência da unidade produtiva. Ou seja, a metodologia das Contas Regionais precisa explicitar a noção de residência e o conceito de unidade produtiva estadual.

Para adequar a metodologia de cálculo do PIB das Contas Regionais à das Contas Nacionais, em algumas atividades econômicas, foi necessário precisar, ou adequar, os seguintes conceitos:

- de residência do produtor – para regionalização da produção de usinas hidrelétricas situadas em rios que dividem a fronteira de dois estados; e cálculo da produção de empresas de transporte interestadual; e
- de unidade estatística regional – para regionalização da produção das empresas financeiras e de construção; e cálculo da produção regional dos estabelecimentos ou unidades locais pertencentes a empresas de comunicações que operam com telefonia local e de longa distância.

Também foi preciso adequar o método de cálculo dos agregados econômicos (produção, consumo intermediário e Valor Adicionado Bruto¹) regionais à especificidade das atividades e à disponibilidade dos dados. Por isso, recorreu-se aos seguintes métodos de cálculo:

- método ascendente – que consiste na coleta de informações econômicas, contábeis e fiscais diretamente nas unidades estatísticas locais (regionais) para estimar o total do Valor Adicionado Bruto do País a partir da soma dos respectivos valores regionais. Neste caso, enquadram-se, principalmente, as atividades agropecuárias e industriais;
- método descendente – que consiste na regionalização do Valor Adicionado Bruto do País a partir da definição de critérios de repartição do agregado nacional pelos respectivos estados. Neste caso, incluem-se as atividades de construção, intermediação financeira e de transporte ferroviário; e
- método misto – que consiste na combinação dos dois métodos anteriores. Este método foi adotado em situações diversas, tais como:
 - a) para o preenchimento de lacunas de informações necessárias para adequar o âmbito de algumas atividades das Contas Regionais ao das Contas Nacionais. Neste caso, enquadram-se principalmente as estimativas da produção do setor informal do comércio e transporte rodoviário;
 - b) para a estimativa das Contas Regionais de estados que não puderam participar da etapa de cálculo das Contas Regionais ;
 - c) para a regionalização da produção da atividade de pesca (artesanal e empresarial); e
 - d) para assegurar a convergência dos resultados das Contas Regionais de todos os estados com os das Contas Nacionais.

Para que as Contas Regionais retratem a evolução da economia de cada Unidade da Federação ao longo do tempo, é necessário que se construa uma série histórica da Conta de Produção, tanto a preços correntes quanto a preços constantes. Para tanto, é preciso que haja informações regionalizadas sobre

¹ É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

a evolução do volume e dos preços dos bens e serviços produzidos pelas unidades econômicas, assim como também é preciso definir o ano-base que serve de referência para a construção da série histórica.

Em geral, a escolha do ano-base recai sobre o ano para o qual há dados suficientes para a construção, a partir de uma metodologia homogênea, da Conta de Produção de todos os estados, pois este ano serve de base para a definição de coeficientes técnicos e ponderadores.

Tendo em vista as características do sistema estatístico brasileiro, a eleição do ano-base das Contas Regionais recaiu sobre o ano de 1985, para o qual foi realizado o último Recenseamento Econômico do Brasil. Tal escolha deveu-se à maior riqueza de informações estruturais que os censos fornecem.

Para os demais anos da série das Contas Regionais do Brasil, recorreu-se a indicadores utilizados para expressar a evolução anual (em volume e nominal) das atividades econômicas. Estes indicadores são extraídos de informações estatísticas relativas à evolução das receitas de venda de produtos (bens e serviços); à evolução da produção física e à variação dos preços dos bens e serviços produzidos. A partir destes indicadores pode-se, então, construir índices de valor, de volume e de preços, os quais proporcionam os elementos necessários para a construção das *séries históricas a preços correntes e a preços constantes*.

A ausência de dados anuais sobre valor, volume ou preços impõe a necessidade de se recorrer a indicadores de avaliação da performance de algumas atividades econômicas, os quais, se escolhidos de maneira inadequada, ou de maneira distinta em cada Unidade da Federação, podem levar a distorções na análise das Contas Regionais. Logo, é nesse sentido que se deve entender a atuação do IBGE como órgão coordenador do Sistema de Contas Regionais, isto é, como órgão que procurou orientar os técnicos dos Órgãos Estaduais de Estatística a adotarem uma metodologia compatível com a dos demais, de forma a garantir a comparabilidade regional e temporal dos dados.

Portanto, o principal papel desempenhado pelo IBGE no projeto de Contas Regionais foi o de identificar, junto com os Órgãos Estaduais de Estatística, os indicadores mais adequados para a construção da série histórica das Contas Regionais, a preços correntes e constantes.

A implantação da metodologia do IBGE, para o cálculo das Contas Regionais do Brasil, também serviu para familiarizar os técnicos estaduais com o programa de modernização das estatísticas econômicas realizado pelo IBGE nos anos de 1990. Esta modernização está apoiada na decisão do Instituto de dar prioridade à produção de informações acessíveis em tempo útil, isto é, sem grande defasagem entre o ano de divulgação dos dados e o ano de referência destes mesmos dados.

A seguir, são apresentadas as principais etapas do projeto de elaboração das Contas Regionais do Brasil.

Contas Regionais do Brasil

Antecedentes

O cálculo do Produto Interno Bruto por Unidade da Federação realizado pela Coordenação de Contas Nacionais, do IBGE, atende à solicitação feita pelo Tribunal de Contas da União, por força da legislação que define os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados – FPE e do Fundo de Participação dos Municípios FPM.

A legislação referente aos Fundos de Participação de Estados e Municípios data de 25 de outubro de 1966, quando a Lei nº 5.172 estabeleceu nos artigos 86 e 88 os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal. Para efeito deste cálculo, deveriam ser levadas em consideração a superfície territorial, a população estimada de cada estado e município e a renda *per capita* dos estados.

Coube, inicialmente, à Fundação Getúlio Vargas a responsabilidade pela estimativa da renda por estado e, ao IBGE, a estimativa da população. Quando o IBGE assumiu a responsabilidade pela elaboração das Contas Nacionais do Brasil em 1986, passou a ter a atribuição de calcular a renda *per capita* dos estados.

A metodologia adotada para o cálculo da renda *per capita* apoiava-se nas informações extraídas dos Censos Econômicos do IBGE, os quais eram realizados a cada cinco anos. Desta forma, foram divulgadas informações regionais para os anos de 1970, 1975, 1980 e 1985. A opção pela vinculação das estimativas da renda dos estados aos dados censitários deveu-se à necessidade de fornecer, para todas as Unidades da Federação, o mesmo

conjunto de informações, procurando-se assim assegurar a homogeneidade do método e a comparabilidade dos dados.

A reformulação das estatísticas econômicas pelo IBGE, abandonando a execução de censos quinquenais, implicou o desenvolvimento de novas metodologias de levantamento e de tratamento dos dados estatísticos.

No âmbito das Contas Regionais, que servem para o cálculo da renda *per capita* dos estados, a Coordenação de Contas Nacionais elaborou, em 1996, uma nova proposta metodológica para a construção das Contas Regionais do Brasil. Esta proposta foi apresentada aos estados em outubro daquele ano e pôde ser utilizada para a elaboração das novas estimativas da *renda per capita* anual, por Unidade da Federação, superando, assim, a ausência de informações censitárias.

Contas Regionais do Brasil 2003

O projeto de construção das Contas Regionais do Brasil 2003 consistiu na definição da metodologia, treinamento das equipes técnicas estaduais; acompanhamento dos trabalhos de implementação nos estados da metodologia preparada pela Coordenação de Contas Nacionais, do IBGE; e cálculo das Contas Regionais do Tocantins. Neste estado não foi possível, ainda, constituir a equipe técnica local responsável pela elaboração das Contas Regionais.

A metodologia proposta pelo IBGE é resultado das decisões tomadas pela Coordenação de Contas Nacionais, juntamente com os Órgãos Estaduais de Estatística e Secretarias Estaduais de Governo durante a IV Conferência Nacional de Estatística - CONFEST, promovida pelo IBGE, em maio de 1996, no Rio de Janeiro. Naquela Conferência, foi solicitado ao IBGE que preparasse uma metodologia de elaboração das Contas Regionais, compatível com as Contas Nacionais do Brasil.

Desta forma, as Contas Regionais do Brasil compreendem uma desagregação, por Unidade da Federação, da Conta de Produção das Contas Nacionais do Brasil, construídas pela ótica do produto.

O documento contendo a metodologia de construção das Contas Regionais foi apresentado aos Órgãos Estaduais de Estatística durante o I Encontro Nacional de Contas Regionais, realizado em novembro de 1996, no Rio de Janeiro. Desde então, o IBGE e os Órgãos Estaduais de Estatística realizam, periodicamente, Encontros Nacionais e Regionais, Reuniões Técnicas, Cursos Nacionais e Regionais, visando à disseminação da metodologia, capacitação dos técnicos estaduais e avaliação dos resultados das Contas Regionais construídas pelos Órgãos Estaduais de Estatística e Secretarias Estaduais de Governo.

Além dos Órgãos Estaduais de Estatística, a Coordenação de Contas Nacionais contou com o apoio da SUFRAMA e do BID para realizar a estimativa das Contas Regionais dos estados que ainda não dispõem de recursos técnicos suficientes para a execução do programa de Contas Regionais.

Com a divulgação do ano de 2003, o IBGE conclui mais uma etapa de construção, em parceria com os Órgãos Estaduais, das Contas Regionais do Brasil, já compatibilizadas com as Contas Nacionais.

Quanto à participação do IBGE na estimativa da *renda per capita* dos estados, cabe ainda ressaltar que à Coordenação de Contas Nacionais competiu coordenar o programa de cálculo das Contas Regionais. A responsabilidade pelo levantamento dos dados e cálculo do PIB estadual coube às equipes regionais. Uma vez concluída a etapa de cálculo do PIB de cada estado, realizou-se uma reunião técnica para avaliar os resultados, identificar lacunas de informações e definir procedimentos para conciliar os resultados das Contas Regionais com os das Contas Nacionais.

Em seguida, foi definido o critério de distribuição da diferença entre o PIB nacional e o regional, para assegurar a convergência entre os dois métodos de cálculo do PIB do Brasil, em 2003. Realizada esta etapa, a Coordenação de Contas Nacionais pôde então cancelar os valores do Produto Interno Bruto dos estados, em 2003, estimados pelos Órgãos Estaduais de Estatística.

Com a conclusão de mais uma etapa deste projeto, além de conseguir implantar uma metodologia de trabalho em parceria com os estados, o IBGE estabeleceu uma rede de técnicos capacitados para a elaboração das Contas Regionais dos próximos anos.

O Produto Interno Bruto – PIB de cada estado é calculado a partir dos resultados obtidos nas Tabelas 1, 2 e 3 a seguir. Para cada Unidade da Federação, estima-se o valor total da sua produção; deduz-se o valor das matérias-primas (consumo intermediário) utilizadas na produção, e para estimar o Valor Adicionado Bruto total (valor da produção, menos consumo intermediário).

Tabela 1 - Valor da produção das Contas Regionais - Brasil - 1985-2003

Ano	Moeda	Valor do ano anterior	Índice de volume	Valor da produção a preço do ano anterior	Índice de preço	Valor da produção a preços correntes
1985	Cr\$ Bilhão	-	-	-	-	2 467 984
1986	Cz\$ Milhão	2 467 984	1,07	2 648 394	2,26	5 983 947
1987	Cz\$ Milhão	5 983 947	1,03	6 168 191	3,35	20 682 313
1988	Cz\$ Milhão	20 682 313	1,01	20 787 418	7,64	158 811 528
1989	NCz\$ Milhão	158 812	1,02	162 502	15,09	2 451 934
1990	Cr\$ Milhão	2 451 934	0,96	2 363 551	23,34	55 172 046
1991	Cr\$ Milhão	55 172 046	1,00	55 436 026	5,08	281 587 420
1992	Cr\$ Milhão	281 587 420	0,99	279 815 603	11,51	3 221 369 813
1993	CR\$ Milhão	3 221 370	1,06	3 406 720	22,04	75 096 717
1994	R\$ Milhão	27 308	1,05	28 761	20,87	600 337
1995	R\$ Milhão	600 337	1,03	617 871	1,66	1 028 075
1996	R\$ Milhão	1 028 075	1,03	1 062 508	1,16	1 231 221
1997	R\$ Milhão	1 231 221	1,04	1 282 316	1,07	1 372 366
1998	R\$ Milhão	1 372 366	1,01	1 382 105	1,03	1 425 618
1999	R\$ Milhão	1 425 618	1,02	1 448 660	1,07	1 556 281
2000	R\$ Milhão	1 556 281	1,04	1 622 355	1,12	1 814 289
2001	R\$ Milhão	1 814 289	1,02	1 848 486	1,09	2 005 943
2002	R\$ Milhão	2 005 943	1,02	2 050 736	1,12	2 298 532
2003	R\$ Milhão	2 298 532	1,01	2 329 440	1,17	2 717 164

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985 - 2003

Tabela 2 - Consumo intermediário das Contas Regionais - Brasil - 1985-2003

Ano	Moeda	Valor do ano anterior	Índice de volume	Consumo intermediário a preço do ano anterior	Índice de preço	Consumo intermediário a preços correntes
1985	Cr\$ Bilhão	-	-	-	-	1 143 177
1986	Cz\$ Milhão	1 143 177	1,08	1 238 478	2,21	2 735 817
1987	Cz\$ Milhão	2 735 817	1,02	2 783 778	3,34	9 305 659
1988	Cz\$ Milhão	9 305 659	1,00	9 334 822	7,64	71 274 165
1989	NCz\$ Milhão	71 274	1,02	72 735	14,02	1 020 032
1990	Cr\$ Milhão	1 020 032	0,96	974 943	23,78	23 180 406
1991	Cr\$ Milhão	23 180 406	1,00	23 247 162	5,04	117 196 270
1992	Cr\$ Milhão	117 196 270	0,99	115 813 485	11,18	1 294 881 764
1993	CR\$ Milhão	1 294 882	1,06	1 374 172	21,52	29 578 324
1994	R\$ Milhão	10 756	1,06	11 350	21,81	247 510
1995	R\$ Milhão	247 510	1,03	254 522	1,65	419 687
1996	R\$ Milhão	419 687	1,03	434 278	1,15	499 195
1997	R\$ Milhão	499 195	1,05	522 344	1,06	552 242
1998	R\$ Milhão	552 242	1,00	552 372	1,02	562 826
1999	R\$ Milhão	562 826	1,01	570 447	1,13	644 604
2000	R\$ Milhão	644 604	1,04	672 291	1,18	792 802
2001	R\$ Milhão	792 802	1,02	807 762	1,10	887 521
2002	R\$ Milhão	887 521	1,02	906 426	1,13	1 024 056
2003	R\$ Milhão	1 024 056	1,01	1 033 675	1,21	1 246 899

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985 - 2003

Tabela 3 - Valor adicionado bruto das Contas Regionais do Brasil - 1985-2003

Ano	Moeda	Valor do ano anterior	Índice de volume	Valor adicionado a preço do ano anterior	Índice de preço	Valor adicionado a preços correntes
1985	Cr\$ Bilhão	-	-	-	-	1 324 807
1986	Cz\$ Milhão	1 324 807	1,06	1 409 916	2,30	3 248 130
1987	Cz\$ Milhão	3 248 130	1,04	3 384 413	3,36	11 376 654
1988	Cz\$ Milhão	11 376 654	1,01	11 452 596	7,64	87 537 363
1989	NCz\$ Milhão	87 537	1,03	89 767	15,95	1 431 902
1990	Cr\$ Milhão	1 431 902	0,97	1 388 608	23,04	31 991 640
1991	Cr\$ Milhão	31 991 640	1,01	32 188 863	5,11	164 391 150
1992	Cr\$ Milhão	164 391 150	1,00	164 002 118	11,75	1 926 488 049
1993	CR\$ Milhão	1 926 488	1,06	2 032 548	22,39	45 518 393
1994	R\$ Milhão	16 552	1,05	17 411	20,26	352 827
1995	R\$ Milhão	352 827	1,03	363 348	1,67	608 388
1996	R\$ Milhão	608 388	1,03	628 230	1,17	732 026
1997	R\$ Milhão	732 026	1,04	759 971	1,08	820 124
1998	R\$ Milhão	820 124	1,01	829 733	1,04	862 793
1999	R\$ Milhão	862 793	1,02	878 213	1,04	911 677
2000	R\$ Milhão	911 677	1,04	950 064	1,08	1 021 487
2001	R\$ Milhão	1 021 487	1,02	1 040 725	1,07	1 118 422
2002	R\$ Milhão	1 118 422	1,02	1 144 310	1,11	1 274 476
2003	R\$ Milhão	1 274 476	1,02	1 295 766	1,13	1 470 265

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985 - 2003

A leitura das Tabelas 1, 2 e 3 permite identificar, para cada agregado macroeconômico (produção, consumo intermediário e Valor Adicionado Bruto), a taxa de crescimento (índice de volume) o valor constante (valor medido a preço do ano anterior), o índice de preço (deflator implícito) e o valor corrente.

De posse desses resultados, chega-se à estimativa da magnitude absoluta e da variação do valor agregado, por atividade e por Unidade da Federação. Em seguida, na Tabela 4, calcula-se o Produto Interno Bruto do estado, somando-se o valor referente aos impostos incidentes sobre os produtos de origem nacional e importada, deduzindo-se o valor dos serviços de intermediação financeira indiretamente medidos. Estes mesmos dados são utilizados para estimar a variação real do PIB 2003 para cada Unidade da Federação.

Tabela 4 - Composição do Produto Interno Bruto do Brasil a preços correntes e variação real, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2003

Unidades da Federação	Valor adicionado bruto a preço básico	Dummy financeiro	Impostos sobre produtos, líquidos de subsídios	Produto Interno Bruto	Variação real anual 2003/2002 (%)
Brasil	1 470 265	74 661	160 578	1 556 182	0,5
Norte	71 700	1 280	7 016	77 436	5,4
Rondônia	7 742	151	901	8 492	4,1
Acre	2 556	62	222	2 716	5,8
Amazonas	25 731	277	2 608	28 063	6,4
Roraima	1 590	62	149	1 677	3,1
Pará	27 369	547	2 393	29 215	5,3
Amapá	2 964	43	162	3 083	3,9
Tocantins	3 747	139	581	4 190	4,6
Nordeste	200 344	5 868	20 122	214 598	2,3
Maranhão	13 157	353	1 180	13 984	5,3
Piauí	6 858	220	686	7 325	6,0
Ceará	26 615	1 264	3 074	28 425	0,7
Rio Grande do Norte	12 701	320	1 314	13 696	2,8
Paraíba	12 778	345	1 278	13 711	3,4
Pernambuco	39 509	1 100	3 852	42 261	1,2
Alagoas	9 720	281	887	10 326	2,8
Sergipe	11 092	292	904	11 704	2,6
Bahia	67 913	1 693	6 947	73 166	2,3
Sudeste	814 879	50 770	94 614	858 723	0,0
Minas Gerais	135 909	4 804	13 439	144 545	0,4
Espírito Santo	25 085	756	4 651	28 980	(-) 0,0
Rio de Janeiro	181 795	7 670	16 259	190 384	(-) 0,2
São Paulo	472 089	37 541	60 265	494 814	(-) 0,0
Sul	273 275	10 171	26 149	289 253	4,3
Paraná	94 040	4 110	9 070	99 000	5,2
Santa Catarina	58 234	1 631	5 610	62 214	2,1
Rio Grande do Sul	121 001	4 430	11 469	128 040	4,8
Centro-Oeste	110 067	6 572	12 678	116 172	4,2
Mato Grosso do Sul	17 507	519	1 981	18 970	7,8
Mato Grosso	20 680	703	2 638	22 615	5,0
Goiás	33 890	1 123	4 068	36 835	5,1
Distrito Federal	37 990	4 228	3 990	37 753	1,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2003

Convém observar que as tabelas de resultados apresentadas nesta publicação referem-se ao período de 2000-2003. Os valores relativos à série completa 1985-2003, assim como os procedimentos metodológicos adotados para a construção das Contas Regionais, divulgados em edições anteriores publicação impressa *Contas Regionais do Brasil*, podem ser encontrados, em meio magnético, no CD-ROM que acompanha a publicação.

Perspectivas

Uma vez consolidado o programa de construção das Contas Regionais do Brasil, a Coordenação de Contas Nacionais iniciou, em 2005, a atualização da metodologia para a elaboração das Contas Anuais Regionais do ano-base de 2002.

Este novo programa prevê a introdução de novas fontes de dados referentes à produção regional das atividades econômicas, a revisão de procedimentos metodológicos e a ampliação da classificação de atividades e produtos.

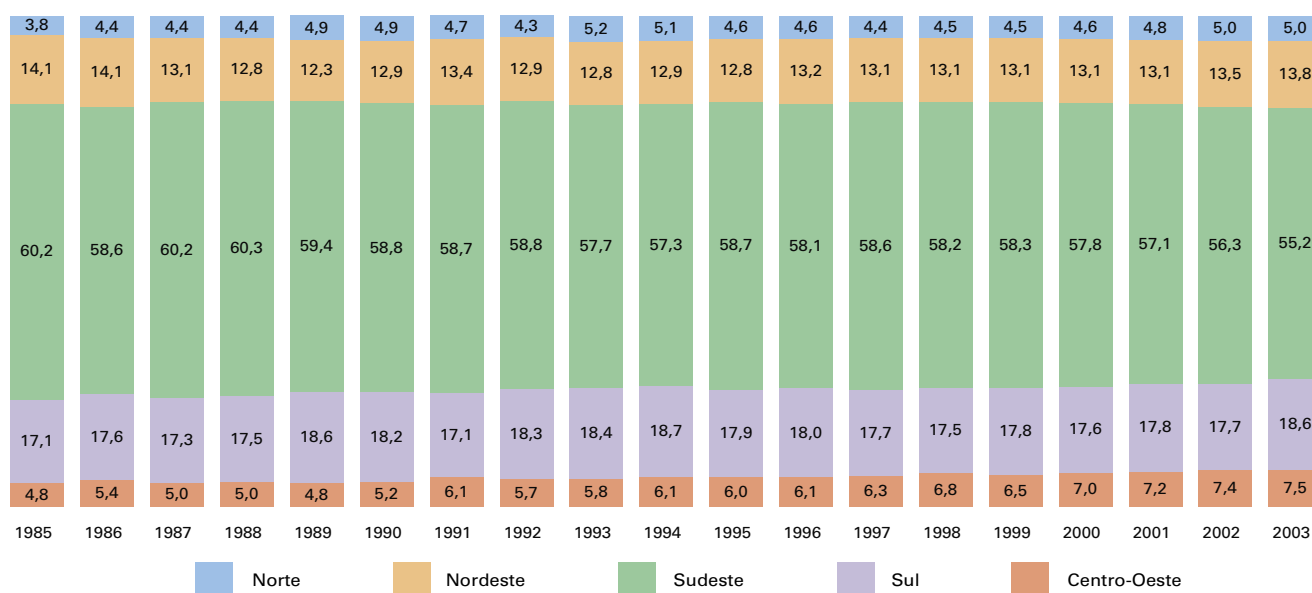
O IBGE pretende desenvolver o projeto de construção do novo ano-base das Contas Regionais a partir de um programa de trabalho que contemple a participação efetiva dos técnicos dos Órgãos Estaduais de Estatística.

Tabelas de resultados

Tabela 1 - Composição do Produto Interno Bruto do Brasil, a preços correntes - 1985-2003

Ano	Moeda	Valor Adicionado Bruto (+)	Dummy financeiro (-)	Impostos sobre produtos, líquidos de subsídios (+)	Produto Interno Bruto
1985	Cr\$ bilhão	1 324 807	163 760	136 788	1 297 835
1986	Cz\$ milhão	3 248 130	247 372	402 768	3 403 526
1987	Cz\$ milhão	11 376 654	1 584 389	1 153 461	10 945 726
1988	Cz\$ milhão	87 537 363	12 164 825	8 327 993	83 700 531
1989	NCz\$ milhão	1 431 902	280 458	111 992	1 263 436
1990	Cr\$ milhão	31 991 640	4 678 116	4 445 661	31 759 185
1991	Cr\$ milhão	164 391 150	18 756 662	20 152 010	165 786 498
1992	Cr\$ milhão	1 926 488 049	371 867 364	208 015 926	1 762 636 611
1993	CR\$ milhão	45 518 393	10 768 892	4 017 563	38 767 064
1994	R\$ milhão	352 827	43 620	39 998	349 205
1995	R\$ milhão	608 388	36 570	74 373	646 191
1996	R\$ milhão	732 026	37 060	83 920	778 886
1997	R\$ milhão	820 124	39 702	90 321	870 743
1998	R\$ milhão	862 793	42 005	93 400	914 187
1999	R\$ milhão	911 677	41 218	103 387	973 845
2000	R\$ milhão	1 021 487	39 626	119 394	1 101 255
2001	R\$ milhão	1 118 422	54 653	134 967	1 198 736
2002	R\$ milhão	1 274 476	75 332	146 883	1 346 028
2003	R\$ milhão	1 470 265	74 661	160 578	1 556 182

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Gráfico 1 - Participação das regiões no Produto Interno Bruto do Brasil a preços correntes 1985-2003


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-2003, microdados.

**Tabela 2 - Produto Interno Bruto do Brasil a preços correntes,
por Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2000-2003**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000 R\$ milhão	2001 R\$ milhão	2002 R\$ milhão	2003 R\$ milhão
Brasil	1 101 255	1 198 736	1 346 028	1 556 182
Norte	50 650	57 026	67 790	77 436
Rondônia	5 625	6 083	7 284	8 492
Acre	1 703	1 921	2 259	2 716
Amazonas	18 873	20 736	25 030	28 063
Roraima	1 117	1 219	1 488	1 677
Pará	18 914	21 748	25 530	29 215
Amapá	1 968	2 253	2 652	3 083
Tocantins	2 450	3 067	3 545	4 190
Nordeste	144 135	157 302	181 933	214 598
Maranhão	9 207	10 293	11 420	13 984
Piauí	5 330	5 575	6 166	7 325
Ceará	20 800	21 581	24 204	28 425
Rio Grande do Norte	9 293	9 834	11 633	13 696
Paraíba	9 238	10 272	11 634	13 711
Pernambuco	29 127	31 725	36 510	42 261
Alagoas	7 023	7 569	8 767	10 326
Sergipe	5 921	8 204	9 496	11 704
Bahia	48 197	52 249	62 103	73 166
Sudeste	636 394	684 730	758 374	858 723
Minas Gerais	106 169	113 530	125 389	144 545
Espírito Santo	21 530	22 538	24 723	28 980
Rio de Janeiro	137 877	148 033	170 114	190 384
São Paulo	370 819	400 629	438 148	494 814
Sul	193 534	213 389	237 729	289 253
Paraná	65 969	72 770	81 449	99 000
Santa Catarina	42 428	46 535	51 828	62 214
Rio Grande do Sul	85 138	94 084	104 451	128 040
Centro-Oeste	76 542	86 288	100 202	116 172
Mato Grosso do Sul	11 861	13 736	15 343	18 970
Mato Grosso	13 428	14 453	17 888	22 615
Goiás	21 665	25 048	31 299	36 835
Distrito Federal	29 587	33 051	35 672	37 753

**Tabela 3 - Valor adicionado bruto,
por Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2000-2003**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000 R\$ milhão	2001 R\$ milhão	2002 R\$ milhão	2003 R\$ milhão
Brasil	1 021 487	1 118 422	1 274 476	1 470 265
Norte	47 119	52 906	63 075	71 700
Rondônia	5 144	5 587	6 781	7 742
Acre	1 606	1 813	2 138	2 556
Amazonas	17 319	18 937	22 978	25 731
Roraima	1 011	1 108	1 385	1 590
Pará	17 929	20 517	23 983	27 369
Amapá	1 877	2 149	2 556	2 964
Tocantins	2 231	2 795	3 254	3 747
Nordeste	133 233	145 608	170 301	200 344
Maranhão	8 616	9 630	10 717	13 157
Piauí	4 958	5 216	5 817	6 858
Ceará	19 071	19 910	22 735	26 615
Rio Grande do Norte	8 582	9 052	10 889	12 701
Paraíba	8 534	9 512	10 999	12 778
Pernambuco	27 042	29 480	34 186	39 509
Alagoas	6 563	7 105	8 181	9 720
Sergipe	5 476	7 714	9 006	11 092
Bahia	44 392	47 988	57 772	67 913
Sudeste	587 671	639 375	718 260	814 879
Minas Gerais	98 867	105 094	117 890	135 909
Espírito Santo	18 430	19 026	21 616	25 085
Rio de Janeiro	129 799	139 477	163 438	181 795
São Paulo	340 575	375 778	415 315	472 089
Sul	180 145	199 134	226 397	273 275
Paraná	61 141	67 707	77 467	94 040
Santa Catarina	39 237	43 402	49 052	58 234
Rio Grande do Sul	79 767	88 025	99 878	121 001
Centro-Oeste	73 318	81 399	96 443	110 067
Mato Grosso do Sul	10 956	12 724	14 337	17 507
Mato Grosso	12 238	13 177	16 616	20 680
Goiás	19 762	22 818	29 028	33 890
Distrito Federal	30 362	32 680	36 463	37 990

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: Inclui a parcela do *dummy* financeiro em cada unidade da federação

**Tabela 4 - Produto Interno Bruto per capita do Brasil,
por Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2000-2003**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000 R\$ milhão	2001 R\$ milhão	2002 R\$ milhão	2003 R\$ milhão
Brasil	6 430	6 896	7 631	8 694
Norte	3 870	4 254	4 939	5 512
Rondônia	4 030	4 274	5 021	5 743
Acre	2 955	3 241	3 707	4 338
Amazonas	6 625	7 086	8 331	9 100
Roraima	3 370	3 553	4 191	4 569
Pará	3 015	3 393	3 898	4 367
Amapá	4 024	4 418	4 996	5 584
Tocantins	2 090	2 558	2 894	3 346
Nordeste	2 998	3 233	3 695	4 306
Maranhão	1 616	1 781	1 949	2 354
Piauí	1 863	1 930	2 113	2 485
Ceará	2 773	2 833	3 129	3 618
Rio Grande do Norte	3 319	3 462	4 039	4 688
Paraíba	2 670	2 946	3 311	3 872
Pernambuco	3 655	3 938	4 482	5 132
Alagoas	2 471	2 631	3 012	3 505
Sergipe	3 283	4 469	5 082	6 155
Bahia	3 667	3 936	4 631	5 402
Sudeste	8 713	9 240	10 086	11 257
Minas Gerais	5 888	6 215	6 775	7 709
Espírito Santo	6 880	7 078	7 631	8 792
Rio de Janeiro	9 513	10 092	11 459	12 671
São Paulo	9 919	10 546	11 352	12 619
Sul	7 649	8 326	9 156	10 998
Paraná	6 846	7 457	8 241	9 891
Santa Catarina	7 844	8 462	9 271	10 949
Rio Grande do Sul	8 302	9 071	9 958	12 071
Centro-Oeste	6 498	7 176	8 166	9 278
Mato Grosso do Sul	5 656	6 448	7 092	8 634
Mato Grosso	5 297	5 584	6 772	8 391
Goiás	4 276	4 839	5 921	6 825
Distrito Federal	14 223	15 517	16 360	16 920

Tabela 5 - População do Brasil, por Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2000-2003

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Brasil	171 279 882	173 821 934	176 391 015	178 985 306
Norte	13 086 357	13 404 011	13 725 040	14 049 222
Rondônia	1 395 770	1 423 117	1 450 755	1 478 664
Acre	576 223	592 700	609 351	626 167
Amazonas	2 848 785	2 926 285	3 004 608	3 083 701
Roraima	331 306	343 128	355 075	367 140
Pará	6 272 661	6 410 146	6 549 094	6 689 404
Amapá	489 169	509 936	530 923	552 116
Tocantins	1 172 443	1 198 699	1 225 234	1 252 030
Nordeste	48 075 599	48 655 440	49 241 450	49 833 207
Maranhão	5 698 127	5 777 948	5 858 618	5 940 079
Piauí	2 860 170	2 889 071	2 918 280	2 947 776
Ceará	7 499 486	7 617 246	7 736 257	7 856 436
Rio Grande do Norte	2 800 147	2 840 124	2 880 527	2 921 326
Paraíba	3 459 525	3 486 387	3 513 534	3 540 948
Pernambuco	7 969 476	8 056 963	8 145 381	8 234 666
Alagoas	2 842 578	2 876 723	2 911 232	2 946 079
Sergipe	1 803 402	1 835 785	1 868 513	1 901 561
Bahia	13 142 688	13 275 193	13 409 108	13 544 336
Sudeste	73 038 040	74 108 486	75 190 313	76 282 758
Minas Gerais	18 030 458	18 268 225	18 508 521	18 751 174
Espírito Santo	3 129 355	3 184 318	3 239 865	3 295 957
Rio de Janeiro	14 493 715	14 668 977	14 846 102	15 024 965
São Paulo	37 384 512	37 986 966	38 595 825	39 210 662
Sul	25 300 262	25 629 878	25 962 999	26 299 387
Paraná	9 635 565	9 758 939	9 883 625	10 009 534
Santa Catarina	5 409 037	5 499 167	5 590 255	5 682 236
Rio Grande do Sul	10 255 660	10 371 772	10 489 119	10 607 617
Centro-Oeste	11 779 624	12 024 119	12 271 213	12 520 732
Mato Grosso do Sul	2 097 253	2 130 193	2 163 483	2 197 100
Mato Grosso	2 535 215	2 588 021	2 641 387	2 695 278
Goiás	5 066 899	5 175 838	5 285 937	5 397 115
Distrito Federal	2 080 257	2 130 067	2 180 406	2 231 239

**Tabela 6 - Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação
no Produto Interno Bruto do Brasil - 2000-2003**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	4,6	4,8	5,0	5,0
Rondônia	0,5	0,5	0,5	0,5
Acre	0,2	0,2	0,2	0,2
Amazonas	1,7	1,7	1,9	1,8
Roraima	0,1	0,1	0,1	0,1
Pará	1,7	1,8	1,9	1,9
Amapá	0,2	0,2	0,2	0,2
Tocantins	0,2	0,3	0,3	0,3
Nordeste	13,1	13,1	13,5	13,8
Maranhão	0,8	0,9	0,8	0,9
Piauí	0,5	0,5	0,5	0,5
Ceará	1,9	1,8	1,8	1,8
Rio Grande do Norte	0,8	0,8	0,9	0,9
Paraíba	0,8	0,9	0,9	0,9
Pernambuco	2,6	2,6	2,7	2,7
Alagoas	0,6	0,6	0,7	0,7
Sergipe	0,5	0,7	0,7	0,8
Bahia	4,4	4,4	4,6	4,7
Sudeste	57,8	57,1	56,3	55,2
Minas Gerais	9,6	9,5	9,3	9,3
Espírito Santo	2,0	1,9	1,8	1,9
Rio de Janeiro	12,5	12,3	12,6	12,2
São Paulo	33,7	33,4	32,6	31,8
Sul	17,6	17,8	17,7	18,6
Paraná	6,0	6,1	6,1	6,4
Santa Catarina	3,9	3,9	3,9	4,0
Rio Grande do Sul	7,7	7,8	7,8	8,2
Centro-Oeste	7,0	7,2	7,4	7,5
Mato Grosso do Sul	1,1	1,1	1,1	1,2
Mato Grosso	1,2	1,2	1,3	1,5
Goiás	2,0	2,1	2,3	2,4
Distrito Federal	2,7	2,8	2,7	2,4

Tabela 7 - Variação acumulada do volume do valor adicionado bruto das Grandes Regiões e Unidades da Federação, por atividades econômicas - 2000-2003

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Total				
Brasil	146,5	149,3	152,7	155,3
Norte	215,8	225,6	238,9	251,9
Rondônia	169,4	180,5	197,0	204,7
Acre	153,2	160,2	167,8	178,1
Amazonas	309,7	322,6	348,1	371,3
Roraima	213,5	226,0	239,5	246,1
Pará	177,1	185,4	192,1	202,0
Amapá	191,6	202,6	214,6	223,0
Tocantins	135,5	136,0	139,5	145,0
Nordeste	146,6	148,0	151,3	154,9
Maranhão	165,7	168,8	172,9	181,6
Piauí	163,8	165,8	167,0	176,6
Ceará	168,4	166,6	171,1	172,2
Rio Grande do Norte	175,2	177,6	181,7	186,7
Paraíba	154,5	155,4	162,5	167,9
Pernambuco	130,3	132,7	137,6	139,3
Alagoas	141,0	143,5	144,2	148,5
Sergipe	152,1	152,6	157,5	161,5
Bahia	138,8	140,2	141,6	145,2
Sudeste	135,4	136,7	139,6	139,7
Minas Gerais	147,9	148,1	151,9	152,7
Espírito Santo	155,0	155,7	164,7	165,0
Rio de Janeiro	125,9	127,4	133,4	133,2
São Paulo	134,4	136,0	137,1	137,1
Sul	159,1	165,1	167,3	174,1
Paraná	181,8	190,2	192,9	202,3
Santa Catarina	170,0	176,6	179,1	182,6
Rio Grande do Sul	138,9	143,1	144,8	151,4
Centro-Oeste	179,1	187,2	195,0	203,1
Mato Grosso do Sul	181,8	196,5	200,4	215,8
Mato Grosso	307,3	327,8	357,7	375,1
Goiás	163,2	170,3	178,2	187,2
Distrito Federal	160,7	164,7	169,1	172,1

Tabela 7 - Variação acumulada do volume do valor adicionado bruto das Grandes Regiões e Unidades da Federação, por atividades econômicas - 2000-2003

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Agropecuária				
Brasil	161,3	170,5	182,3	195,8
Norte	159,2	167,2	178,3	187,4
Rondônia	146,5	156,3	188,8	198,8
Acre	92,9	93,9	98,1	103,6
Amazonas	93,8	96,6	89,6	92,4
Roraima	223,4	264,1	317,1	338,5
Pará	198,3	206,9	218,6	229,4
Amapá	131,5	173,4	183,9	170,7
Tocantins	112,9	118,0	121,2	137,8
Nordeste	131,5	129,4	142,3	149,2
Maranhão	128,1	132,2	133,9	158,4
Piauí	208,8	210,2	193,3	256,2
Ceará	87,2	75,0	94,0	102,2
Rio Grande do Norte	156,6	155,0	268,0	285,1
Paraíba	117,5	109,7	123,2	137,4
Pernambuco	144,2	139,6	168,0	169,8
Alagoas	153,8	163,7	135,1	140,2
Sergipe	136,6	135,0	141,8	157,0
Bahia	129,9	130,4	140,8	138,9
Sudeste	147,2	151,3	166,6	165,4
Minas Gerais	152,6	159,4	188,5	186,9
Espírito Santo	201,0	195,4	222,5	197,8
Rio de Janeiro	119,2	115,6	123,8	123,4
São Paulo	149,6	153,9	165,3	164,7
Sul	167,8	185,3	188,4	222,9
Paraná	209,4	235,0	248,9	298,9
Santa Catarina	202,3	211,1	220,1	240,3
Rio Grande do Sul	123,7	139,0	135,6	164,2
Centro-Oeste	278,7	310,7	331,5	367,6
Mato Grosso do Sul	204,7	242,0	232,2	269,6
Mato Grosso	812,2	891,5	1049,0	1107,4
Goiás	202,8	217,8	234,8	261,4
Distrito Federal	197,1	201,1	260,1	278,1

Tabela 7 - Variação acumulada do volume do valor adicionado bruto das Grandes Regiões e Unidades da Federação, por atividades econômicas - 2000-2003

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Indústria extrativa mineral				
Brasil	200,4	207,6	231,9	237,6
Norte	298,1	293,7	289,3	310,0
Rondônia	203,2	179,9	189,6	184,2
Acre
Amazonas	277,8	286,6	295,1	294,9
Roraima
Pará	405,5	379,8	351,3	418,8
Amapá	18,7	18,7	19,2	19,5
Tocantins
Nordeste	107,1	104,6	102,2	103,5
Maranhão
Piauí
Ceará	66,2	71,7	66,6	62,9
Rio Grande do Norte	164,7	160,1	153,5	152,1
Paraíba
Pernambuco	378,4	386,3	416,8	396,1
Alagoas
Sergipe	165,0	152,9	151,3	153,3
Bahia	66,5	65,5	64,9	68,1
Sudeste	231,9	243,1	279,0	285,4
Minas Gerais	105,2	92,7	99,6	109,1
Espírito Santo	139,8	157,1	190,6	217,4
Rio de Janeiro	300,3	318,5	366,9	373,5
São Paulo	116,0	111,5	109,9	99,8
Sul	54,7	48,1	49,1	57,0
Paraná	40,0	23,7	24,0	27,1
Santa Catarina	26,0	25,8	26,3	24,1
Rio Grande do Sul	123,0	105,8	108,3	130,2
Centro-Oeste	144,9	130,6	141,7	147,5
Mato Grosso do Sul	202,5	193,9	250,9	267,1
Mato Grosso	68,3	60,9	65,1	67,1
Goiás	168,9	153,3	160,7	169,6
Distrito Federal	189,5	172,1	171,2	172,5

Tabela 7 - Variação acumulada do volume do valor adicionado bruto das Grandes Regiões e Unidades da Federação, por atividades econômicas - 2000-2003

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Indústria de transformação				
Brasil	130,8	132,8	135,3	137,9
Norte	356,7	368,1	414,2	457,0
Rondônia	116,1	134,0	147,6	159,2
Acre	244,7	263,2	308,0	386,5
Amazonas	515,8	528,9	602,4	661,7
Roraima	176,3	204,3	233,0	235,4
Pará	130,8	134,3	145,8	163,3
Amapá	122,3	139,7	131,5	129,1
Tocantins	271,7	275,9	295,6	295,8
Nordeste	134,6	136,4	138,7	148,0
Maranhão	168,1	168,2	178,5	185,1
Piauí	150,3	159,6	181,1	211,1
Ceará	182,6	169,4	173,3	172,5
Rio Grande do Norte	263,5	289,5	299,8	331,0
Paraíba	237,7	243,5	254,2	274,7
Pernambuco	86,9	89,2	90,1	92,8
Alagoas	146,5	153,1	162,1	175,4
Sergipe	161,7	163,5	167,0	173,2
Bahia	130,4	133,0	132,8	145,3
Sudeste	113,7	114,6	115,4	115,2
Minas Gerais	140,5	141,2	141,8	143,3
Espírito Santo	166,9	161,7	180,9	187,2
Rio de Janeiro	92,8	89,9	93,6	90,8
São Paulo	112,3	114,3	113,9	113,9
Sul	152,8	158,2	161,7	165,5
Paraná	172,2	181,5	185,3	194,5
Santa Catarina	163,1	170,4	169,9	169,0
Rio Grande do Sul	137,3	140,1	145,1	148,7
Centro-Oeste	223,3	225,9	245,2	264,3
Mato Grosso do Sul	240,7	247,7	270,4	305,5
Mato Grosso	383,3	410,5	445,9	491,1
Goiás	171,2	173,0	191,3	203,9
Distrito Federal	249,6	226,8	225,7	227,3

Tabela 7 - Variação acumulada do volume do valor adicionado bruto das Grandes Regiões e Unidades da Federação, por atividades econômicas - 2000-2003

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Eletricidade, gás e água				
Brasil	194,7	182,8	186,5	192,5
Norte	305,4	309,5	309,4	332,3
Rondônia	362,0	370,8	409,5	442,0
Acre	332,4	346,3	359,7	362,3
Amazonas	237,6	242,6	281,5	335,5
Roraima	486,4	589,7	662,5	683,4
Pará	635,8	610,7	592,8	629,7
Amapá	299,0	350,7	373,7	384,7
Tocantins	364,3	337,0	359,2	367,1
Nordeste	151,4	138,8	149,0	155,9
Maranhão	323,0	319,6	339,8	357,5
Piauí	281,7	254,5	268,5	284,7
Ceará	262,0	250,4	267,3	287,7
Rio Grande do Norte	324,1	311,1	319,0	344,0
Paraíba	273,6	241,0	299,5	304,6
Pernambuco	149,9	143,2	142,8	157,1
Alagoas	171,2	180,4	194,5	204,1
Sergipe	224,1	207,4	229,9	233,1
Bahia	117,7	101,9	106,9	110,5
Sudeste	171,5	156,7	161,7	167,6
Minas Gerais	135,4	110,7	124,6	135,6
Espírito Santo	188,5	171,5	173,2	167,6
Rio de Janeiro	142,2	131,7	129,1	125,0
São Paulo	216,2	204,3	209,4	220,0
Sul	319,5	328,0	317,7	318,2
Paraná	446,2	463,3	428,8	406,6
Santa Catarina	199,4	207,0	213,6	237,0
Rio Grande do Sul	190,3	188,2	192,1	194,3
Centro-Oeste	273,5	254,5	251,1	263,0
Mato Grosso do Sul	238,0	235,0	244,0	249,6
Mato Grosso	406,3	427,5	473,7	500,3
Goiás	246,3	205,2	193,0	203,1
Distrito Federal	226,4	229,2	239,5	243,3

Tabela 7 - Variação acumulada do volume do valor adicionado bruto das Grandes Regiões e Unidades da Federação, por atividades econômicas - 2000-2003

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Construção				
Brasil	152,0	151,5	149,6	144,6
Norte	179,5	210,4	220,9	224,7
Rondônia	209,8	257,3	305,4	317,1
Acre	203,2	236,0	237,2	246,3
Amazonas	168,6	203,3	211,4	219,9
Roraima	152,4	177,5	206,2	213,8
Pará	179,7	210,1	214,1	211,5
Amapá	167,9	188,0	207,5	215,5
Tocantins	165,5	145,2	143,8	145,1
Nordeste	173,2	171,0	167,2	161,3
Maranhão	145,7	147,2	137,3	133,9
Piauí	196,9	184,2	167,2	161,8
Ceará	338,1	334,7	335,0	322,1
Rio Grande do Norte	174,1	169,6	166,4	167,3
Paraíba	164,4	165,6	162,4	152,9
Pernambuco	152,7	154,7	152,2	147,3
Alagoas	158,4	145,1	144,0	146,4
Sergipe	120,6	115,1	120,3	122,1
Bahia	143,9	141,3	136,3	129,2
Sudeste	140,7	137,3	134,4	127,5
Minas Gerais	176,3	170,7	167,0	156,6
Espírito Santo	163,6	168,3	164,4	154,9
Rio de Janeiro	116,7	115,4	114,6	111,3
São Paulo	136,7	132,5	129,1	122,1
Sul	161,3	160,3	158,3	156,4
Paraná	167,2	163,0	159,7	154,6
Santa Catarina	187,2	193,6	197,0	197,4
Rio Grande do Sul	153,5	153,5	150,5	151,8
Centro-Oeste	147,6	157,2	159,3	160,2
Mato Grosso do Sul	138,0	147,5	154,8	156,7
Mato Grosso	212,6	224,5	236,0	240,9
Goiás	130,6	140,7	140,2	141,6
Distrito Federal	155,2	160,7	158,1	153,8

Tabela 7 - Variação acumulada do volume do valor adicionado bruto das Grandes Regiões e Unidades da Federação, por atividades econômicas - 2000-2003

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico				
Brasil	148,8	152,6	154,1	155,3
Norte	162,4	166,7	168,7	174,8
Rondônia	155,4	151,0	154,5	163,9
Acre	141,1	143,8	153,0	156,3
Amazonas	133,0	134,3	123,9	123,9
Roraima	228,2	245,9	264,5	259,4
Pará	174,2	182,7	192,2	203,2
Amapá	233,0	247,0	263,9	278,2
Tocantins	130,0	132,6	135,6	140,4
Nordeste	155,5	160,4	163,9	164,7
Maranhão	178,9	183,7	192,5	198,7
Piauí	155,6	169,4	177,0	177,9
Ceará	165,9	166,0	167,3	167,5
Rio Grande do Norte	143,1	145,0	154,5	160,5
Paraíba	151,6	156,1	158,4	162,4
Pernambuco	157,2	164,9	175,1	177,4
Alagoas	150,3	152,5	157,8	158,6
Sergipe	160,9	165,7	171,1	176,7
Bahia	148,6	152,9	149,7	146,8
Sudeste	142,8	144,9	145,3	146,0
Minas Gerais	138,5	143,7	144,1	144,8
Espírito Santo	174,7	167,9	184,9	176,4
Rio de Janeiro	121,5	121,7	121,4	120,2
São Paulo	148,6	150,9	150,7	152,6
Sul	151,0	156,4	157,0	158,9
Paraná	168,9	181,0	182,8	188,9
Santa Catarina	179,2	190,0	193,3	192,6
Rio Grande do Sul	134,2	135,2	134,8	135,2
Centro-Oeste	170,4	183,3	192,5	194,2
Mato Grosso do Sul	164,9	172,8	179,1	170,9
Mato Grosso	291,4	325,8	354,8	373,2
Goiás	135,6	145,8	150,3	151,6
Distrito Federal	166,9	173,9	180,0	179,5

Tabela 7 - Variação acumulada do volume do valor adicionado bruto das Grandes Regiões e Unidades da Federação, por atividades econômicas - 2000-2003

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Alojamento e alimentação				
Brasil	157,8	161,5	167,3	167,0
Norte	157,6	162,5	165,8	168,7
Rondônia	168,4	171,4	174,7	178,1
Acre	143,3	157,4	146,6	130,5
Amazonas	153,1	157,8	162,1	165,9
Roraima	171,8	180,8	187,1	192,7
Pará	146,2	149,1	152,3	155,5
Amapá	202,3	210,0	217,7	225,5
Tocantins	130,6	133,2	135,8	138,8
Nordeste	182,4	193,7	198,9	201,7
Maranhão	124,1	125,6	127,3	129,1
Piauí	120,2	121,1	121,0	122,0
Ceará	222,7	245,6	255,7	254,3
Rio Grande do Norte	135,9	139,3	141,3	141,2
Paraíba	113,4	114,3	115,5	116,3
Pernambuco	203,5	213,7	219,0	224,6
Alagoas	126,5	128,4	130,0	130,3
Sergipe	137,2	139,9	142,6	145,2
Bahia	205,6	220,7	226,6	231,3
Sudeste	141,4	142,7	149,4	146,7
Minas Gerais	151,8	153,6	155,6	157,7
Espírito Santo	156,1	160,3	171,6	166,1
Rio de Janeiro	140,4	147,9	141,2	134,7
São Paulo	133,6	131,8	145,1	143,2
Sul	181,6	185,9	187,5	192,0
Paraná	189,8	204,7	207,3	210,0
Santa Catarina	215,8	215,9	216,6	220,6
Rio Grande do Sul	138,2	138,9	140,2	145,7
Centro-Oeste	150,4	156,9	163,9	167,7
Mato Grosso do Sul	131,2	135,8	140,8	138,3
Mato Grosso	181,5	198,8	216,4	229,8
Goiás	139,8	142,5	145,5	148,6
Distrito Federal	150,9	154,6	158,2	161,8

Tabela 7 - Variação acumulada do volume do valor adicionado bruto das Grandes Regiões e Unidades da Federação, por atividades econômicas - 2000-2003

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Transportes e armazenagem				
Brasil	176,3	183,2	187,5	186,3
Norte	212,8	214,6	215,1	225,3
Rondônia	249,8	255,4	260,0	264,3
Acre	239,6	254,8	253,0	239,4
Amazonas	265,9	257,9	240,3	254,5
Roraima	234,8	224,7	211,1	175,3
Pará	154,3	162,7	165,3	174,3
Amapá	271,5	269,2	301,8	319,5
Tocantins	168,4	165,9	184,3	195,5
Nordeste	207,7	218,2	227,6	230,6
Maranhão	562,5	597,2	606,2	615,4
Piauí	204,4	209,8	224,2	219,1
Ceará	181,8	187,7	188,3	189,1
Rio Grande do Norte	215,0	222,0	226,7	232,0
Paraíba	180,3	200,2	221,4	222,1
Pernambuco	184,4	193,4	207,0	215,2
Alagoas	115,4	122,5	125,8	127,4
Sergipe	128,4	131,6	136,7	135,0
Bahia	179,5	188,7	196,9	197,8
Sudeste	164,5	170,0	172,9	170,0
Minas Gerais	186,0	188,5	190,5	188,4
Espírito Santo	134,7	140,2	142,7	141,3
Rio de Janeiro	101,3	104,7	108,6	111,2
São Paulo	205,2	213,4	216,2	208,8
Sul	170,0	179,2	184,4	185,3
Paraná	171,9	181,6	193,6	199,4
Santa Catarina	190,9	200,1	210,3	205,5
Rio Grande do Sul	159,6	168,5	165,7	164,4
Centro-Oeste	203,7	215,3	222,7	218,1
Mato Grosso do Sul	163,0	165,9	174,4	170,1
Mato Grosso	270,3	279,7	293,0	293,3
Goiás	192,3	199,1	203,7	203,2
Distrito Federal	202,7	226,0	231,0	219,8

Tabela 7 - Variação acumulada do volume do valor adicionado bruto das Grandes Regiões e Unidades da Federação, por atividades econômicas - 2000-2003

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Comunicações				
Brasil	445,9	494,1	523,3	527,5
Norte	416,4	456,1	473,5	536,6
Rondônia	413,5	420,7	461,9	505,9
Acre	311,5	319,1	362,1	423,5
Amazonas	519,4	598,8	615,0	667,8
Roraima	395,1	433,1	448,2	478,9
Pará	338,5	373,3	381,4	451,7
Amapá	462,3	491,8	512,0	591,4
Tocantins	530,5	577,1	589,9	659,9
Nordeste	524,7	582,7	610,7	607,3
Maranhão	381,3	415,1	470,7	490,4
Piauí	310,0	351,2	354,7	353,1
Ceará	487,9	539,7	557,4	553,0
Rio Grande do Norte	691,3	789,0	815,9	824,5
Paraíba	371,1	421,7	425,0	428,0
Pernambuco	357,5	386,3	417,0	410,0
Alagoas	701,9	719,7	728,3	714,1
Sergipe	387,7	470,8	496,2	482,0
Bahia	630,4	711,0	739,4	732,3
Sudeste	418,4	459,1	481,6	482,5
Minas Gerais	448,8	507,7	540,8	549,7
Espírito Santo	333,1	413,9	446,4	449,5
Rio de Janeiro	296,5	345,5	380,3	373,0
São Paulo	521,9	556,6	574,1	576,5
Sul	521,4	573,5	605,8	618,1
Paraná	477,7	497,8	523,3	524,0
Santa Catarina	674,5	731,8	773,8	775,6
Rio Grande do Sul	506,2	586,2	621,3	649,2
Centro-Oeste	409,2	509,3	600,7	604,3
Mato Grosso do Sul	422,3	501,1	558,4	574,9
Mato Grosso	418,9	523,2	624,5	684,0
Goiás	523,8	662,3	812,1	798,7
Distrito Federal	354,3	443,4	512,6	499,5

Tabela 7 - Variação acumulada do volume do valor adicionado bruto das Grandes Regiões e Unidades da Federação, por atividades econômicas - 2000-2003

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Intermediação financeira				
Brasil	140,4	142,9	145,5	146,9
Norte	210,7	220,4	232,9	246,2
Rondônia	156,6	167,7	183,7	192,8
Acre	141,8	148,5	155,8	165,8
Amazonas	315,2	329,0	361,2	387,5
Roraima	218,6	228,8	243,7	252,7
Pará	181,3	189,6	196,4	207,4
Amapá	131,7	139,4	146,7	152,1
Tocantins	150,8	154,7	158,7	165,4
Nordeste	148,3	149,6	153,3	157,0
Maranhão	194,0	197,9	203,8	214,1
Piauí	129,6	131,1	132,4	140,0
Ceará	168,7	166,4	171,2	171,9
Rio Grande do Norte	191,9	194,9	200,3	207,4
Paraíba	172,2	173,2	181,0	186,8
Pernambuco	127,6	130,0	134,6	136,4
Alagoas	137,0	138,9	140,2	145,2
Sergipe	168,0	168,4	174,6	178,8
Bahia	134,0	135,4	136,9	140,6
Sudeste	128,3	129,8	131,8	131,3
Minas Gerais	148,9	149,0	152,7	153,7
Espírito Santo	154,2	153,8	163,9	163,8
Rio de Janeiro	121,7	123,4	129,4	128,8
São Paulo	126,8	128,4	129,2	128,7
Sul	163,2	169,3	172,1	178,8
Paraná	174,4	182,5	185,7	194,5
Santa Catarina	195,9	203,6	207,0	209,5
Rio Grande do Sul	140,8	144,8	147,0	153,3
Centro-Oeste	163,5	169,0	175,3	180,8
Mato Grosso do Sul	189,0	204,1	211,8	230,1
Mato Grosso	341,3	363,7	396,6	420,2
Goiás	164,7	172,0	181,1	190,0
Distrito Federal	157,8	161,9	166,3	169,1

Tabela 7 - Variação acumulada do volume do valor adicionado bruto das Grandes Regiões e Unidades da Federação, por atividades econômicas - 2000-2003

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas				
Brasil	161,3	163,7	165,4	166,8
Norte	203,7	212,2	223,7	230,4
Rondônia	217,8	225,9	238,6	241,0
Acre	195,8	202,6	209,9	219,3
Amazonas	222,8	230,6	250,1	264,5
Roraima	226,7	238,2	253,0	254,0
Pará	185,2	195,1	201,8	206,0
Amapá	256,3	265,1	297,3	313,9
Tocantins	137,4	136,6	141,2	143,8
Nordeste	169,4	171,7	173,2	174,5
Maranhão	171,0	171,4	175,8	175,7
Piauí	178,2	180,6	178,2	180,5
Ceará	169,7	171,7	171,7	173,6
Rio Grande do Norte	211,1	219,5	218,4	221,4
Paraíba	161,7	161,8	167,2	173,7
Pernambuco	151,0	153,0	157,2	156,6
Alagoas	152,2	153,8	155,9	154,2
Sergipe	188,3	190,8	189,3	198,1
Bahia	174,5	176,7	177,2	178,3
Sudeste	157,7	159,5	160,6	161,9
Minas Gerais	157,4	160,1	161,7	163,4
Espírito Santo	159,9	161,9	163,6	167,4
Rio de Janeiro	136,3	136,8	140,9	143,8
São Paulo	165,8	167,9	167,8	168,2
Sul	158,1	161,9	163,7	164,4
Paraná	174,8	180,5	184,3	185,8
Santa Catarina	157,8	163,2	164,1	162,4
Rio Grande do Sul	145,4	147,3	148,2	149,2
Centro-Oeste	169,5	173,8	178,9	183,3
Mato Grosso do Sul	178,5	186,6	192,9	198,9
Mato Grosso	187,3	195,6	206,9	210,9
Goiás	149,3	152,3	156,1	160,8
Distrito Federal	175,0	178,3	182,3	186,0

Tabela 7 - Variação acumulada do volume do valor adicionado bruto das Grandes Regiões e Unidades da Federação, por atividades econômicas - 2000-2003

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Administração pública, defesa e seguridade social				
Brasil	127,4	129,2	131,2	133,3
Norte	158,7	162,3	166,4	170,6
Rondônia	168,7	171,6	174,9	178,3
Acre	152,8	156,5	160,7	165,0
Amazonas	152,4	156,2	160,4	164,7
Roraima	194,1	200,4	207,3	214,4
Pará	146,2	149,1	152,3	155,6
Amapá	201,3	209,0	217,6	226,3
Tocantins	130,6	133,2	136,2	139,2
Nordeste	122,0	123,4	124,8	126,3
Maranhão	124,1	125,6	127,4	129,2
Piauí	117,9	118,9	120,1	121,4
Ceará	124,7	126,5	128,4	130,4
Rio Grande do Norte	126,0	127,6	129,4	131,3
Paraíba	114,6	115,4	116,3	117,2
Pernambuco	116,2	117,3	118,6	119,9
Alagoas	123,3	124,6	126,1	127,6
Sergipe	133,9	136,0	138,5	140,9
Bahia	124,3	125,4	126,6	127,9
Sudeste	124,0	125,5	127,3	129,1
Minas Gerais	121,1	122,5	124,1	125,7
Espírito Santo	130,6	132,6	134,9	137,3
Rio de Janeiro	116,5	117,7	119,2	120,6
São Paulo	129,7	131,6	133,7	135,8
Sul	121,3	122,6	124,2	125,8
Paraná	118,5	119,9	121,4	122,9
Santa Catarina	128,0	129,9	132,0	134,2
Rio Grande do Sul	120,0	121,2	122,6	124,0
Centro-Oeste	146,0	149,0	152,4	155,8
Mato Grosso do Sul	132,1	133,9	136,0	138,1
Mato Grosso	156,9	159,9	163,1	166,5
Goiás	140,1	142,8	145,8	148,9
Distrito Federal	148,7	151,9	155,5	159,1

Tabela 7 - Variação acumulada do volume do valor adicionado bruto das Grandes Regiões e Unidades da Federação, por atividades econômicas - 2000-2003

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Saúde e educação mercantis				
Brasil	128,3	130,0	132,0	134,0
Norte	158,8	162,4	166,3	170,3
Rondônia	171,4	174,4	177,8	181,2
Acre	156,9	160,8	165,1	169,5
Amazonas	156,1	159,9	164,3	168,6
Roraima	198,8	205,2	212,3	219,5
Pará	150,2	153,1	156,5	159,8
Amapá	210,4	218,4	227,4	236,5
Tocantins	133,8	136,5	139,5	142,6
Nordeste	123,5	124,8	126,3	127,8
Maranhão	125,6	127,1	128,9	130,7
Piauí	118,7	119,8	121,0	122,2
Ceará	126,4	128,1	130,1	132,2
Rio Grande do Norte	127,5	129,1	130,9	132,8
Paraíba	115,3	116,1	117,0	117,9
Pernambuco	117,0	118,2	119,5	120,8
Alagoas	124,5	125,8	127,3	128,8
Sergipe	136,1	138,3	140,7	143,2
Bahia	125,6	126,8	128,1	129,3
Sudeste	127,3	129,0	130,9	132,8
Minas Gerais	122,5	123,9	125,5	127,2
Espírito Santo	132,5	134,6	136,9	139,3
Rio de Janeiro	117,6	118,8	120,2	121,7
São Paulo	131,7	133,5	135,7	137,8
Sul	122,5	123,9	125,6	127,2
Paraná	120,0	121,4	122,9	124,5
Santa Catarina	129,8	131,7	133,9	136,1
Rio Grande do Sul	121,3	122,5	123,9	125,3
Centro-Oeste	146,1	148,9	152,0	155,1
Mato Grosso do Sul	134,4	136,2	138,4	140,5
Mato Grosso	159,9	162,9	166,2	169,6
Goiás	143,2	145,9	149,0	152,2
Distrito Federal	150,5	153,7	157,3	161,0

Tabela 7 - Variação acumulada do volume do valor adicionado bruto das Grandes Regiões e Unidades da Federação, por atividades econômicas - 2000-2003

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais				
Brasil	141,5	145,5	151,7	153,7
Norte	170,4	174,7	181,1	181,9
Rondônia	168,4	171,4	174,7	178,1
Acre	152,8	156,5	165,8	169,3
Amazonas	193,2	199,2	204,6	209,4
Roraima	194,1	200,4	206,4	212,7
Pará	142,8	145,6	154,1	147,3
Amapá	202,5	210,2	218,0	225,7
Tocantins	130,6	132,5	135,0	138,0
Nordeste	126,1	128,9	136,5	140,2
Maranhão	123,3	124,6	126,2	127,9
Piauí	122,1	124,9	126,3	126,0
Ceará	148,4	158,4	167,8	178,0
Rio Grande do Norte	137,4	138,3	149,2	156,2
Paraíba	116,1	117,0	118,3	119,1
Pernambuco	121,4	125,1	133,4	139,5
Alagoas	123,2	126,3	136,2	145,7
Sergipe	137,1	139,8	142,5	145,1
Bahia	124,6	125,9	133,9	135,0
Sudeste	143,1	147,0	151,2	150,0
Minas Gerais	172,6	175,0	185,0	186,1
Espírito Santo	190,2	208,1	212,0	215,6
Rio de Janeiro	133,9	139,5	144,3	138,4
São Paulo	137,5	139,5	141,6	142,6
Sul	124,9	132,1	141,0	150,6
Paraná	123,0	133,2	143,7	167,9
Santa Catarina	163,0	169,2	177,6	236,2
Rio Grande do Sul	114,9	120,4	128,4	119,4
Centro-Oeste	145,0	147,1	158,7	168,5
Mato Grosso do Sul	136,9	140,9	155,0	172,2
Mato Grosso	161,8	160,1	162,8	166,1
Goiás	143,6	145,8	159,6	168,7
Distrito Federal	124,3	127,4	130,3	133,4

Tabela 7 - Variação acumulada do volume do valor adicionado bruto das Grandes Regiões e Unidades da Federação, por atividades econômicas - 2000-2003

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Serviços domésticos				
Brasil	141,6	145,6	147,8	149,3
Norte	187,4	193,8	198,3	202,7
Rondônia	241,2	250,8	255,6	260,6
Acre	208,2	209,6	215,2	224,0
Amazonas	166,1	172,7	177,4	181,5
Roraima	208,5	216,7	224,3	231,0
Pará	194,0	201,7	206,1	210,4
Amapá	218,9	227,5	236,9	245,3
Tocantins	100,2	98,3	100,5	102,7
Nordeste	163,5	169,5	171,5	174,5
Maranhão	110,9	115,3	116,9	118,6
Piauí	145,6	144,1	145,5	146,8
Ceará	153,1	159,2	161,7	169,0
Rio Grande do Norte	189,2	191,7	194,4	198,5
Paraíba	132,7	137,9	139,0	143,2
Pernambuco	176,8	183,8	185,8	187,6
Alagoas	176,2	183,1	185,3	189,3
Sergipe	174,5	181,4	185,0	188,4
Bahia	175,9	182,8	184,7	186,2
Sudeste	133,9	138,4	140,5	142,4
Minas Gerais	146,7	150,1	152,1	152,1
Espírito Santo	195,1	187,6	190,9	190,6
Rio de Janeiro	119,0	123,1	124,6	123,3
São Paulo	135,3	140,6	142,9	146,8
Sul	147,8	149,4	151,3	147,8
Paraná	158,4	154,9	156,9	158,8
Santa Catarina	159,7	166,0	168,7	150,7
Rio Grande do Sul	137,0	140,9	142,5	139,3
Centro-Oeste	148,0	150,6	153,7	159,6
Mato Grosso do Sul	194,9	202,6	205,8	225,1
Mato Grosso	213,8	217,3	221,7	226,2
Goiás	109,1	113,4	115,8	118,3
Distrito Federal	149,3	146,2	149,7	153,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: Base 1985=100.

Tabela 8 - Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no valor adicionado bruto do Brasil por atividades econômicas - 2000 -2003

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Total				
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Norte	4,6	4,7	4,9	4,9
Rondônia	0,5	0,5	0,5	0,5
Acre	0,2	0,2	0,2	0,2
Amazonas	1,7	1,7	1,8	1,8
Roraima	0,1	0,1	0,1	0,1
Pará	1,8	1,8	1,9	1,9
Amapá	0,2	0,2	0,2	0,2
Tocantins	0,2	0,2	0,3	0,3
Nordeste	13,0	13,0	13,4	13,6
Maranhão	0,8	0,9	0,8	0,9
Piauí	0,5	0,5	0,5	0,5
Ceará	1,9	1,8	1,8	1,8
Rio Grande do Norte	0,8	0,8	0,9	0,9
Paraíba	0,8	0,9	0,9	0,9
Pernambuco	2,6	2,6	2,7	2,7
Alagoas	0,6	0,6	0,6	0,7
Sergipe	0,5	0,7	0,7	0,8
Bahia	4,3	4,3	4,5	4,6
Sudeste	57,5	57,2	56,4	55,4
Minas Gerais	9,7	9,4	9,3	9,2
Espírito Santo	1,8	1,7	1,7	1,7
Rio de Janeiro	12,7	12,5	12,8	12,4
São Paulo	33,3	33,6	32,6	32,1
Sul	17,6	17,8	17,8	18,6
Paraná	6,0	6,1	6,1	6,4
Santa Catarina	3,8	3,9	3,8	4,0
Rio Grande do Sul	7,8	7,9	7,8	8,2
Centro-Oeste	7,2	7,3	7,6	7,5
Mato Grosso do Sul	1,1	1,1	1,1	1,2
Mato Grosso	1,2	1,2	1,3	1,4
Goiás	1,9	2,0	2,3	2,3
Distrito Federal	3,0	2,9	2,9	2,6

Tabela 8 - Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no valor adicionado bruto do Brasil por atividades econômicas - 2000 -2003

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Agropecuária				
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Norte	7,7	7,2	7,5	6,5
Rondônia	1,1	0,9	1,0	0,9
Acre	0,1	0,1	0,1	0,1
Amazonas	0,5	0,5	0,9	0,7
Roraima	0,1	0,1	0,0	0,0
Pará	5,4	5,2	5,0	4,2
Amapá	0,1	0,1	0,1	0,1
Tocantins	0,4	0,4	0,4	0,4
Nordeste	16,4	14,4	14,6	13,6
Maranhão	1,9	1,8	1,6	1,7
Piauí	0,7	0,6	0,4	0,5
Ceará	1,5	1,1	1,1	1,1
Rio Grande do Norte	0,3	0,2	0,6	0,5
Paraíba	1,4	1,3	1,0	1,0
Pernambuco	3,0	2,7	2,7	2,5
Alagoas	0,9	0,8	0,5	0,5
Sergipe	0,5	0,5	0,5	0,5
Bahia	6,2	5,4	6,1	5,1
Sudeste	32,4	36,6	36,4	32,2
Minas Gerais	10,9	8,4	8,2	7,1
Espírito Santo	2,1	1,1	0,8	0,6
Rio de Janeiro	1,2	1,0	0,8	0,7
São Paulo	18,2	26,1	26,6	23,9
Sul	30,4	29,5	28,0	33,4
Paraná	10,9	9,5	10,3	12,1
Santa Catarina	7,1	6,3	5,7	6,4
Rio Grande do Sul	12,5	13,7	12,1	14,8
Centro-Oeste	13,0	12,3	13,5	14,3
Mato Grosso do Sul	4,1	4,4	3,9	4,3
Mato Grosso	4,3	3,5	4,1	4,9
Goiás	4,4	4,3	5,3	4,9
Distrito Federal	0,2	0,2	0,2	0,2

Tabela 8 - Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no valor adicionado bruto do Brasil por atividades econômicas - 2000 -2003

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Indústria extrativa mineral				
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Norte	5,5	5,3	4,4	4,3
Rondônia	0,2	0,1	0,1	0,1
Acre
Amazonas	2,8	2,7	2,5	2,4
Roraima
Pará	2,4	2,3	1,7	1,6
Amapá	0,2	0,2	0,2	0,2
Tocantins
Nordeste	9,0	12,3	10,6	11,5
Maranhão
Piauí
Ceará	0,8	0,8	0,7	0,6
Rio Grande do Norte	4,2	3,7	3,3	3,3
Paraíba
Pernambuco	0,1	0,1	0,1	0,1
Alagoas
Sergipe	1,9	3,8	3,1	3,8
Bahia	2,1	3,9	3,4	3,6
Sudeste	83,8	81,2	84,1	83,4
Minas Gerais	6,0	4,8	4,2	4,1
Espírito Santo	0,8	0,8	0,7	0,9
Rio de Janeiro	76,9	75,4	79,0	78,3
São Paulo	0,2	0,1	0,1	0,1
Sul	0,5	0,4	0,3	0,3
Paraná	0,0	0,0	0,0	0,0
Santa Catarina	0,2	0,2	0,0	0,0
Rio Grande do Sul	0,3	0,2	0,2	0,2
Centro-Oeste	1,1	0,8	0,6	0,6
Mato Grosso do Sul	0,1	0,1	0,1	0,1
Mato Grosso	0,8	0,5	0,3	0,4
Goiás	0,2	0,2	0,1	0,1
Distrito Federal	0,0	0,0	0,0	0,0

Tabela 8 - Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no valor adicionado bruto do Brasil por atividades econômicas - 2000 -2003

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Indústria de transformação				
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Norte	4,4	4,8	5,1	4,8
Rondônia	0,2	0,2	0,2	0,2
Acre	0,1	0,1	0,1	0,1
Amazonas	3,0	3,4	3,7	3,2
Roraima	0,0	0,0	0,0	0,0
Pará	1,0	1,0	1,1	1,2
Amapá	0,0	0,0	0,0	0,0
Tocantins	0,1	0,1	0,1	0,1
Nordeste	9,9	10,1	10,8	11,7
Maranhão	0,5	0,5	0,5	0,6
Piauí	0,2	0,2	0,2	0,3
Ceará	1,3	1,2	1,2	1,3
Rio Grande do Norte	0,3	0,3	0,4	0,4
Paraíba	0,6	0,6	0,6	0,7
Pernambuco	1,8	1,8	1,8	1,9
Alagoas	0,5	0,5	0,6	0,7
Sergipe	0,4	0,4	0,4	0,4
Bahia	4,4	4,5	5,0	5,5
Sudeste	61,5	60,5	59,6	59,1
Minas Gerais	9,2	9,0	9,0	9,1
Espírito Santo	1,7	1,7	1,8	1,9
Rio de Janeiro	8,6	8,0	8,2	7,7
São Paulo	42,0	41,8	40,6	40,4
Sul	21,7	22,2	21,7	21,5
Paraná	5,7	6,3	5,9	6,1
Santa Catarina	5,8	5,9	5,7	5,5
Rio Grande do Sul	10,2	10,0	10,1	10,0
Centro-Oeste	2,5	2,5	2,8	2,9
Mato Grosso do Sul	0,5	0,5	0,5	0,5
Mato Grosso	0,5	0,5	0,6	0,6
Goiás	1,2	1,2	1,4	1,5
Distrito Federal	0,3	0,3	0,3	0,3

Tabela 8 - Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no valor adicionado bruto do Brasil por atividades econômicas - 2000 -2003

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Eletricidade, gás e água				
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Norte	2,3	3,0	3,5	3,4
Rondônia	0,1	0,2	0,2	0,2
Acre	0,1	0,1	0,1	0,1
Amazonas	1,4	0,1	0,4	0,4
Roraima	0,1	0,1	0,1	0,1
Pará	0,6	2,3	2,5	2,4
Amapá	0,1	0,1	0,1	0,1
Tocantins	0,0	0,2	0,1	0,2
Nordeste	10,7	13,5	15,8	16,7
Maranhão	0,5	0,6	0,7	0,7
Piauí	0,4	0,5	0,5	0,5
Ceará	1,6	1,5	1,6	2,1
Rio Grande do Norte	1,0	1,1	1,2	1,1
Paraíba	0,4	1,3	1,5	1,4
Pernambuco	1,6	2,3	1,9	2,0
Alagoas	0,4	0,4	0,6	0,6
Sergipe	0,2	3,1	3,3	3,5
Bahia	4,7	2,7	4,4	4,8
Sudeste	64,3	55,9	52,9	53,5
Minas Gerais	13,8	10,5	10,2	11,3
Espírito Santo	0,8	0,7	0,5	0,5
Rio de Janeiro	13,4	14,7	13,1	12,2
São Paulo	36,3	30,0	29,1	29,4
Sul	19,4	21,5	22,0	19,6
Paraná	10,9	12,3	12,0	9,8
Santa Catarina	4,0	4,7	5,5	5,4
Rio Grande do Sul	4,5	4,4	4,5	4,3
Centro-Oeste	3,2	6,1	5,9	6,8
Mato Grosso do Sul	0,5	0,5	0,5	0,6
Mato Grosso	0,7	1,0	1,0	0,9
Goiás	1,5	4,0	3,9	4,3
Distrito Federal	0,4	0,7	0,6	1,0

Tabela 8 - Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no valor adicionado bruto do Brasil por atividades econômicas - 2000 -2003

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Construção				
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Norte	5,3	6,6	7,0	7,2
Rondônia	0,8	1,0	1,2	1,3
Acre	0,2	0,2	0,2	0,2
Amazonas	1,7	2,0	2,1	2,2
Roraima	0,1	0,1	0,1	0,1
Pará	2,2	2,6	2,7	2,7
Amapá	0,1	0,1	0,1	0,1
Tocantins	0,3	0,7	0,7	0,7
Nordeste	17,2	16,9	16,8	16,5
Maranhão	0,7	0,7	0,6	0,6
Piauí	0,7	0,7	0,6	0,6
Ceará	3,6	3,5	3,5	3,3
Rio Grande do Norte	1,3	1,3	1,3	1,3
Paraíba	1,0	1,0	0,9	0,9
Pernambuco	3,7	3,8	3,8	3,8
Alagoas	0,7	0,6	0,6	0,6
Sergipe	0,4	0,4	0,4	0,4
Bahia	5,2	5,1	5,0	4,9
Sudeste	54,7	53,4	53,1	52,6
Minas Gerais	14,3	13,8	13,7	13,3
Espírito Santo	2,2	2,3	2,3	2,3
Rio de Janeiro	10,4	10,2	10,5	10,7
São Paulo	27,8	27,1	26,6	26,2
Sul	16,1	16,1	16,1	16,6
Paraná	7,7	7,7	7,6	7,6
Santa Catarina	3,0	3,1	3,2	3,4
Rio Grande do Sul	5,4	5,4	5,3	5,6
Centro-Oeste	6,6	6,9	7,0	7,1
Mato Grosso do Sul	1,2	1,3	1,4	1,5
Mato Grosso	1,1	1,1	1,2	1,2
Goiás	3,1	3,3	3,3	3,3
Distrito Federal	1,2	1,2	1,2	1,2

Tabela 8 - Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no valor adicionado bruto do Brasil por atividades econômicas - 2000 -2003

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico				
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Norte	4,3	4,4	4,5	4,6
Rondônia	0,6	0,6	0,5	0,5
Acre	0,1	0,1	0,2	0,2
Amazonas	1,3	1,3	1,2	1,3
Roraima	0,1	0,1	0,2	0,1
Pará	1,4	1,5	1,5	1,5
Amapá	0,5	0,5	0,6	0,7
Tocantins	0,2	0,2	0,2	0,3
Nordeste	14,8	15,1	15,1	15,3
Maranhão	0,9	0,9	1,0	1,1
Piauí	0,4	0,4	0,4	0,5
Ceará	1,9	1,9	2,0	2,1
Rio Grande do Norte	0,5	0,5	0,5	0,5
Paraíba	0,7	0,7	0,6	0,6
Pernambuco	4,2	4,5	4,7	4,8
Alagoas	0,7	0,7	0,8	0,8
Sergipe	0,5	0,5	0,6	0,6
Bahia	4,9	4,9	4,5	4,3
Sudeste	55,6	54,3	53,6	52,0
Minas Gerais	10,1	10,6	10,8	11,4
Espírito Santo	2,3	2,0	2,2	2,1
Rio de Janeiro	9,4	9,2	9,3	8,9
São Paulo	33,8	32,5	31,2	29,6
Sul	18,6	19,2	19,6	21,0
Paraná	5,8	6,2	6,6	7,4
Santa Catarina	3,0	3,0	2,9	2,8
Rio Grande do Sul	9,8	10,0	10,1	10,8
Centro-Oeste	6,6	7,0	7,2	7,1
Mato Grosso do Sul	1,3	1,3	1,3	1,3
Mato Grosso	1,9	2,1	2,1	2,0
Goiás	2,1	2,3	2,4	2,4
Distrito Federal	1,3	1,4	1,4	1,4

Tabela 8 - Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no valor adicionado bruto do Brasil, por atividades econômicas - 2000 -2003

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Alojamento e alimentação				
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Norte	3,3	3,3	3,2	3,2
Rondônia	0,4	0,4	0,4	0,3
Acre	0,2	0,2	0,2	0,1
Amazonas	1,3	1,3	1,3	1,4
Roraima	0,1	0,1	0,1	0,1
Pará	0,7	0,7	0,7	0,7
Amapá	0,4	0,4	0,4	0,4
Tocantins	0,2	0,2	0,2	0,2
Nordeste	16,3	16,4	16,6	16,4
Maranhão	0,6	0,6	0,6	0,6
Piauí	0,3	0,3	0,3	0,3
Ceará	3,1	3,2	3,5	3,5
Rio Grande do Norte	0,8	0,7	0,8	0,6
Paraíba	0,4	0,4	0,4	0,4
Pernambuco	4,2	4,3	4,6	4,5
Alagoas	0,5	0,5	0,5	0,5
Sergipe	0,4	0,4	0,3	0,3
Bahia	5,9	6,0	5,6	5,7
Sudeste	57,4	57,8	56,9	55,4
Minas Gerais	10,1	9,5	9,0	9,2
Espírito Santo	1,8	1,5	1,7	1,7
Rio de Janeiro	14,6	15,4	14,9	13,1
São Paulo	31,0	31,4	31,4	31,4
Sul	16,4	16,0	16,5	18,1
Paraná	4,6	4,6	4,8	5,6
Santa Catarina	5,5	5,5	5,7	6,2
Rio Grande do Sul	6,3	5,9	5,9	6,4
Centro-Oeste	6,5	6,5	6,7	6,9
Mato Grosso do Sul	1,7	1,7	1,8	1,8
Mato Grosso	1,7	1,8	2,0	2,2
Goiás	1,7	1,7	1,6	1,6
Distrito Federal	1,4	1,4	1,3	1,3

Tabela 8 - Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no valor adicionado bruto do Brasil, por atividades econômicas - 2000 -2003

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Transportes e armazenagem				
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Norte	5,5	5,7	5,0	5,6
Rondônia	0,4	0,5	0,4	0,5
Acre	0,2	0,3	0,2	0,2
Amazonas	2,1	2,1	1,4	1,6
Roraima	0,0	0,0	0,0	0,0
Pará	1,8	1,8	1,8	2,0
Amapá	0,4	0,5	0,5	0,5
Tocantins	0,5	0,6	0,6	0,7
Nordeste	15,4	15,5	14,9	16,6
Maranhão	2,4	2,5	2,2	2,3
Piauí	0,7	0,7	0,7	0,8
Ceará	2,1	2,0	1,9	2,3
Rio Grande do Norte	1,1	1,1	1,0	1,1
Paraíba	1,1	1,2	1,2	1,2
Pernambuco	3,2	3,4	3,2	3,5
Alagoas	0,5	0,5	0,5	0,6
Sergipe	0,6	0,6	0,5	0,5
Bahia	3,7	3,5	3,8	4,4
Sudeste	57,7	57,5	58,2	54,0
Minas Gerais	12,2	11,4	11,0	11,6
Espírito Santo	5,4	5,7	5,0	4,9
Rio de Janeiro	10,1	10,2	10,9	12,2
São Paulo	30,1	30,2	31,3	25,2
Sul	14,9	15,0	15,8	16,9
Paraná	5,9	5,8	6,5	6,9
Santa Catarina	3,0	3,0	3,2	3,4
Rio Grande do Sul	6,0	6,2	6,0	6,7
Centro-Oeste	6,5	6,3	6,2	6,9
Mato Grosso do Sul	1,5	1,6	1,4	1,5
Mato Grosso	1,2	1,2	1,2	1,2
Goiás	1,7	1,4	1,7	1,8
Distrito Federal	2,1	2,1	1,9	2,5

Tabela 8 - Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no valor adicionado bruto do Brasil, por atividades econômicas - 2000 -2003

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Comunicações				
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Norte	3,2	3,3	3,1	3,9
Rondônia	0,5	0,4	0,5	0,4
Acre	0,2	0,1	0,1	0,2
Amazonas	0,8	0,9	0,8	1,0
Roraima	0,1	0,1	0,1	0,1
Pará	1,3	1,4	1,2	1,6
Amapá	0,1	0,1	0,1	0,2
Tocantins	0,2	0,3	0,2	0,4
Nordeste	12,6	13,0	14,4	15,0
Maranhão	0,9	0,9	1,1	1,2
Piauí	0,6	0,6	0,7	0,7
Ceará	2,1	2,0	2,2	2,3
Rio Grande do Norte	0,8	0,9	1,0	1,0
Paraíba	0,9	1,0	1,0	1,0
Pernambuco	2,5	2,5	2,9	2,9
Alagoas	0,8	0,7	0,8	0,8
Sergipe	0,4	0,5	0,6	0,6
Bahia	3,6	3,9	4,2	4,5
Sudeste	66,1	62,0	59,7	58,8
Minas Gerais	8,9	9,3	10,0	10,7
Espírito Santo	1,6	1,7	2,0	2,2
Rio de Janeiro	11,9	10,2	11,7	10,4
São Paulo	43,8	40,8	35,9	35,6
Sul	12,0	14,4	14,9	14,6
Paraná	4,3	4,9	5,0	5,2
Santa Catarina	2,7	3,2	3,5	3,6
Rio Grande do Sul	5,0	6,3	6,4	5,7
Centro-Oeste	6,1	7,3	7,9	7,7
Mato Grosso do Sul	1,0	1,1	1,2	1,2
Mato Grosso	0,9	1,1	1,3	1,5
Goiás	2,2	2,5	3,0	2,9
Distrito Federal	2,0	2,6	2,4	2,1

Tabela 8 - Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no valor adicionado bruto do Brasil, por atividades econômicas - 2000 -2003

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Intermediação financeira				
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Norte	1,9	1,7	1,6	1,7
Rondônia	0,2	0,2	0,2	0,2
Acre	0,1	0,1	0,1	0,1
Amazonas	0,5	0,4	0,4	0,4
Roraima	0,0	0,0	0,1	0,1
Pará	0,9	0,8	0,6	0,7
Amapá	0,1	0,0	0,1	0,1
Tocantins	0,2	0,2	0,2	0,2
Nordeste	7,8	7,9	9,1	7,9
Maranhão	0,5	0,5	0,5	0,5
Piauí	0,3	0,3	0,4	0,3
Ceará	1,3	1,5	1,8	1,7
Rio Grande do Norte	0,4	0,4	0,5	0,4
Paraíba	0,4	0,5	0,6	0,5
Pernambuco	1,6	1,5	1,7	1,5
Alagoas	0,4	0,4	0,4	0,4
Sergipe	0,4	0,4	0,5	0,4
Bahia	2,5	2,3	2,8	2,3
Sudeste	66,1	69,0	65,0	68,0
Minas Gerais	6,0	6,0	6,3	6,4
Espírito Santo	1,2	1,0	0,9	1,0
Rio de Janeiro	10,9	10,0	10,7	10,3
São Paulo	48,0	52,0	47,0	50,3
Sul	13,2	12,4	14,7	13,6
Paraná	5,3	5,1	5,3	5,5
Santa Catarina	2,0	2,0	2,6	2,2
Rio Grande do Sul	5,9	5,4	6,9	5,9
Centro-Oeste	11,1	9,0	9,6	8,8
Mato Grosso do Sul	0,6	0,6	0,8	0,7
Mato Grosso	0,8	0,8	1,0	0,9
Goiás	1,4	1,3	1,5	1,5
Distrito Federal	8,3	6,4	6,3	5,7

Tabela 8 - Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no valor adicionado bruto do Brasil, por atividades econômicas - 2000 -2003

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas				
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Norte	3,1	2,6	2,7	2,8
Rondônia	0,4	0,4	0,4	0,4
Acre	0,1	0,1	0,1	0,1
Amazonas	1,1	0,6	0,6	0,6
Roraima	0,1	0,1	0,1	0,1
Pará	1,3	1,3	1,3	1,3
Amapá	0,1	0,2	0,2	0,2
Tocantins	0,1	0,1	0,1	0,1
Nordeste	10,1	10,0	10,0	10,1
Maranhão	0,5	0,5	0,5	0,5
Piauí	0,4	0,3	0,3	0,3
Ceará	1,4	1,4	1,3	1,4
Rio Grande do Norte	0,7	0,7	0,7	0,7
Paraíba	0,6	0,6	0,6	0,6
Pernambuco	2,0	2,0	2,0	2,0
Alagoas	0,5	0,5	0,5	0,5
Sergipe	0,4	0,3	0,3	0,3
Bahia	3,6	3,7	3,8	3,8
Sudeste	66,6	67,7	67,5	67,2
Minas Gerais	8,1	9,7	9,6	9,6
Espírito Santo	1,6	1,8	1,8	1,8
Rio de Janeiro	13,5	13,2	13,4	13,4
São Paulo	43,4	43,1	42,7	42,3
Sul	16,0	15,5	15,5	15,5
Paraná	6,3	5,5	5,6	5,6
Santa Catarina	2,5	2,8	2,7	2,7
Rio Grande do Sul	7,2	7,2	7,1	7,2
Centro-Oeste	4,3	4,2	4,4	4,5
Mato Grosso do Sul	0,5	0,5	0,6	0,6
Mato Grosso	0,5	0,6	0,6	0,6
Goiás	1,2	1,2	1,2	1,3
Distrito Federal	2,1	1,9	2,0	2,0

Tabela 8 - Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no valor adicionado bruto do Brasil, por atividades econômicas - 2000 -2003

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Administração pública, defesa e seguridade social				
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Norte	5,7	5,7	6,2	6,3
Rondônia	0,9	0,9	0,9	0,9
Acre	0,4	0,4	0,5	0,5
Amazonas	1,2	1,2	1,3	1,3
Roraima	0,3	0,3	0,4	0,4
Pará	2,0	2,0	2,2	2,2
Amapá	0,5	0,5	0,5	0,5
Tocantins	0,4	0,4	0,4	0,4
Nordeste	17,6	17,6	18,0	18,7
Maranhão	1,3	1,4	1,3	1,4
Piauí	0,9	0,9	1,0	1,0
Ceará	2,7	2,6	2,5	2,7
Rio Grande do Norte	1,5	1,4	1,4	1,5
Paraíba	1,5	1,5	1,6	1,7
Pernambuco	3,8	3,7	4,0	4,1
Alagoas	1,1	1,2	1,2	1,2
Sergipe	0,9	0,9	0,9	0,9
Bahia	3,9	3,9	4,1	4,2
Sudeste	47,8	47,4	47,1	47,0
Minas Gerais	9,4	9,4	9,1	9,4
Espírito Santo	1,7	1,7	1,7	1,7
Rio de Janeiro	15,3	15,5	14,6	13,9
São Paulo	21,5	20,9	21,7	21,9
Sul	13,3	13,0	12,8	13,0
Paraná	4,0	4,1	4,1	4,1
Santa Catarina	2,7	2,6	2,5	2,6
Rio Grande do Sul	6,6	6,3	6,2	6,3
Centro-Oeste	15,6	16,2	15,9	15,0
Mato Grosso do Sul	1,0	1,1	1,0	1,0
Mato Grosso	1,4	1,4	1,3	1,3
Goiás	2,0	2,0	2,2	2,2
Distrito Federal	11,2	11,7	11,3	10,4

Tabela 8 - Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no valor adicionado bruto do Brasil, por atividades econômicas - 2000 -2003

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Saúde e educação mercantis				
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Norte	4,5	4,5	4,6	4,5
Rondônia	0,5	0,5	0,6	0,5
Acre	0,2	0,2	0,2	0,2
Amazonas	1,0	1,0	1,0	1,1
Roraima	0,1	0,1	0,1	0,1
Pará	1,8	1,8	1,9	1,8
Amapá	0,2	0,2	0,2	0,3
Tocantins	0,5	0,5	0,5	0,5
Nordeste	14,5	14,5	14,5	14,6
Maranhão	1,5	1,5	1,5	1,6
Piauí	0,7	0,7	0,7	0,7
Ceará	2,2	2,2	2,2	2,2
Rio Grande do Norte	1,0	1,0	1,0	0,9
Paraíba	0,9	0,9	1,0	1,0
Pernambuco	2,6	2,6	2,6	2,4
Alagoas	0,7	0,7	0,7	0,8
Sergipe	0,6	0,6	0,6	0,7
Bahia	4,3	4,3	4,1	4,2
Sudeste	55,8	55,8	55,0	54,1
Minas Gerais	9,0	9,0	9,4	9,3
Espírito Santo	1,7	1,7	1,8	1,8
Rio de Janeiro	10,9	10,9	10,6	10,5
São Paulo	34,2	34,2	33,2	32,5
Sul	17,2	17,2	17,3	18,3
Paraná	6,3	6,3	6,4	6,7
Santa Catarina	4,0	4,0	3,9	4,4
Rio Grande do Sul	6,9	6,9	7,0	7,2
Centro-Oeste	8,1	8,1	8,6	8,5
Mato Grosso do Sul	1,3	1,3	1,4	1,3
Mato Grosso	1,7	1,7	1,8	1,6
Goiás	2,9	2,9	3,0	3,0
Distrito Federal	2,3	2,3	2,6	2,5

Tabela 8 - Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no valor adicionado bruto do Brasil, por atividades econômicas - 2000 -2003

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais				
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Norte	8,2	8,0	7,6	7,5
Rondônia	1,0	0,9	0,9	0,9
Acre	0,3	0,3	0,3	0,3
Amazonas	3,6	3,5	3,4	3,4
Roraima	0,3	0,2	0,2	0,2
Pará	2,4	2,3	2,2	2,0
Amapá	0,3	0,3	0,3	0,3
Tocantins	0,3	0,3	0,3	0,3
Nordeste	15,9	15,4	16,1	16,7
Maranhão	0,6	0,6	0,6	0,6
Piauí	0,3	0,3	0,3	0,3
Ceará	1,5	1,4	1,5	1,5
Rio Grande do Norte	0,2	0,2	0,2	0,2
Paraíba	0,6	0,5	0,5	0,5
Pernambuco	4,4	4,3	4,6	5,0
Alagoas	0,6	0,6	0,7	0,7
Sergipe	0,4	0,4	0,4	0,4
Bahia	7,2	7,0	7,4	7,5
Sudeste	56,6	57,2	56,6	54,0
Minas Gerais	9,7	9,7	9,9	9,9
Espírito Santo	2,5	2,7	2,7	2,7
Rio de Janeiro	18,4	18,9	18,3	16,7
São Paulo	26,1	25,9	25,8	24,7
Sul	10,6	11,0	10,9	12,5
Paraná	3,3	3,3	3,5	4,1
Santa Catarina	1,7	1,6	1,7	2,2
Rio Grande do Sul	5,7	6,0	5,7	6,1
Centro-Oeste	8,7	8,5	8,8	9,3
Mato Grosso do Sul	1,8	1,8	1,9	2,1
Mato Grosso	1,5	1,5	1,4	1,5
Goiás	5,0	4,8	5,0	5,3
Distrito Federal	0,4	0,4	0,4	0,4

Tabela 8 - Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no valor adicionado bruto do Brasil, por atividades econômicas - 2000-2003

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Serviços domésticos				
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Norte	3,1	3,1	3,1	3,1
Rondônia	0,5	0,5	0,5	0,5
Acre	0,1	0,1	0,1	0,1
Amazonas	0,6	0,6	0,6	0,6
Roraima	0,0	0,0	0,0	0,0
Pará	1,5	1,5	1,6	1,6
Amapá	0,1	0,1	0,1	0,1
Tocantins	0,3	0,2	0,2	0,2
Nordeste	12,5	12,6	12,5	12,6
Maranhão	0,7	0,7	0,7	0,7
Piauí	0,4	0,4	0,4	0,4
Ceará	1,9	1,9	1,9	1,9
Rio Grande do Norte	0,6	0,6	0,6	0,6
Paraíba	0,7	0,7	0,7	0,7
Pernambuco	2,7	2,7	2,7	2,7
Alagoas	0,9	0,9	0,9	0,9
Sergipe	0,4	0,4	0,4	0,4
Bahia	4,2	4,2	4,2	4,2
Sudeste	59,6	59,9	59,9	60,3
Minas Gerais	10,0	9,9	9,9	10,5
Espírito Santo	1,7	1,6	1,6	1,6
Rio de Janeiro	13,8	13,9	13,9	13,5
São Paulo	34,1	34,5	34,5	34,7
Sul	16,7	16,4	16,4	15,7
Paraná	6,3	6,0	6,0	6,0
Santa Catarina	2,6	2,6	2,6	2,3
Rio Grande do Sul	7,8	7,8	7,8	7,5
Centro-Oeste	8,1	8,0	8,1	8,3
Mato Grosso do Sul	1,9	1,9	1,9	2,0
Mato Grosso	1,3	1,3	1,3	1,3
Goiás	2,5	2,5	2,5	2,5
Distrito Federal	2,5	2,4	2,4	2,4

Tabela 9 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto, por Unidades da Federação - 2000-2003

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Brasil				
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária	7,5	8,3	9,6	10,4
Indústria extrativa mineral	3,0	3,2	3,9	4,1
Indústria de transformação	25,2	25,5	25,4	27,8
Eletricidade, gás e água	3,3	3,6	3,4	3,5
Construção	8,7	8,0	7,3	6,8
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	7,5	7,4	6,9	7,0
Alojamento e alimentação	1,6	1,5	1,4	1,3
Transportes e armazenagem	2,1	2,1	2,1	2,0
Comunicações	2,6	2,5	2,5	2,3
Intermediação financeira	5,2	6,1	7,1	6,5
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	12,9	12,2	11,1	9,7
Administração pública, defesa e seguridade social	15,7	15,2	15,1	14,7
Saúde e educação mercantis	2,7	2,5	2,2	2,1
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,5	1,5	1,5	1,4
Serviços domésticos	0,5	0,5	0,5	0,5
Rondônia				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	16,5	15,1	17,2	18,7
Indústria extrativa mineral	1,0	0,8	0,7	0,8
Indústria de transformação	9,1	10,3	10,2	11,7
Eletricidade, gás e água	1,0	1,3	1,4	1,5
Construção	14,2	15,9	16,5	16,3
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	8,9	8,4	7,0	7,0
Alojamento e alimentação	1,3	1,2	0,9	0,7
Transportes e armazenagem	1,8	2,0	1,7	1,9
Comunicações	2,4	2,1	2,3	1,9
Intermediação financeira	1,6	2,1	2,8	2,5
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	9,3	9,0	8,1	7,2
Administração pública, defesa e seguridade social	26,8	25,9	25,8	25,0
Saúde e educação mercantis	2,6	2,5	2,4	2,1
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,9	2,9	2,5	2,4
Serviços domésticos	0,4	0,5	0,4	0,5

Tabela 9 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto, por Unidades da Federação - 2000-2003

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Acre				
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária	4,8	5,6	5,7	5,9
Indústria extrativa mineral
Indústria de transformação	9,4	12,9	14,0	17,9
Eletricidade, gás e água	1,4	1,5	1,6	1,5
Construção	9,7	9,9	9,0	8,5
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	6,9	6,5	6,3	6,4
Alojamento e alimentação	1,7	1,7	1,3	1,0
Transportes e armazenagem	3,2	3,3	2,9	2,6
Comunicações	3,1	1,6	1,7	2,4
Intermediação financeira	2,0	2,7	3,5	3,1
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	6,7	5,8	5,1	4,3
Administração pública, defesa e seguridade social	44,2	41,9	43,5	41,5
Saúde e educação mercantis	4,1	3,7	2,9	2,6
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,7	2,5	2,3	2,1
Serviços domésticos	0,3	0,3	0,3	0,3
Amazonas				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	2,3	2,3	4,7	4,3
Indústria extrativa mineral	4,9	5,1	5,4	5,7
Indústria de transformação	45,0	51,2	51,7	51,5
Eletricidade, gás e água	2,8	0,3	0,8	0,8
Construção	8,7	9,5	8,6	8,7
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	5,7	5,6	4,8	5,2
Alojamento e alimentação	1,3	1,2	1,0	1,0
Transportes e armazenagem	2,6	2,5	1,7	1,8
Comunicações	1,2	1,3	1,1	1,4
Intermediação financeira	1,4	1,4	1,7	1,4
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	8,4	4,1	3,8	3,5
Administração pública, defesa e seguridade social	10,7	10,7	10,6	10,6
Saúde e educação mercantis	1,7	1,5	1,2	1,2
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3,3	3,2	2,8	2,7
Serviços domésticos	0,2	0,2	0,2	0,2

**Tabela 9 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto,
por Unidades da Federação - 2000-2003**

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Roraima				
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária	4,3	4,5	4,0	3,4
Indústria extrativa mineral
Indústria de transformação	0,8	0,8	0,8	0,6
Eletricidade, gás e água	1,8	2,0	1,9	1,9
Construção	5,7	6,1	6,0	5,9
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	10,4	10,8	10,0	9,7
Alojamento e alimentação	1,7	1,6	1,3	1,3
Transportes e armazenagem	0,6	0,5	0,5	0,5
Comunicações	3,0	2,7	2,5	2,8
Intermediação financeira	2,0	2,5	3,3	5,0
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	8,2	8,6	7,5	6,6
Administração pública, defesa e seguridade social	53,7	52,3	56,1	56,1
Saúde e educação mercantis	3,7	3,5	2,5	2,8
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	4,0	3,9	3,3	3,1
Serviços domésticos	0,2	0,2	0,2	0,2
Pará				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	23,1	23,4	25,6	23,6
Indústria extrativa mineral	4,1	4,0	3,4	3,5
Indústria de transformação	14,5	13,7	14,4	17,5
Eletricidade, gás e água	1,1	4,5	4,6	4,4
Construção	11,1	11,2	10,4	9,8
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	6,2	6,0	5,7	5,7
Alojamento e alimentação	0,7	0,6	0,5	0,5
Transportes e armazenagem	2,1	2,1	2,0	2,2
Comunicações	1,9	1,9	1,6	2,0
Intermediação financeira	2,7	2,6	2,2	2,5
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	9,3	8,4	7,6	6,8
Administração pública, defesa e seguridade social	18,0	16,7	17,7	17,6
Saúde e educação mercantis	2,7	2,4	2,3	2,0
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,1	1,9	1,7	1,5
Serviços domésticos	0,4	0,4	0,4	0,4

**Tabela 9 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto,
por Unidades da Federação - 2000-2003**

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Amapá				
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária	4,6	5,1	5,4	3,8
Indústria extrativa mineral	3,7	3,5	3,4	3,5
Indústria de transformação	1,6	1,6	1,4	1,4
Eletricidade, gás e água	1,0	1,5	1,3	1,6
Construção	2,4	2,4	2,3	2,3
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	20,2	20,6	21,0	23,1
Alojamento e alimentação	3,3	3,0	2,6	2,5
Transportes e armazenagem	5,1	5,1	5,1	5,1
Comunicações	2,1	1,8	1,6	1,9
Intermediação financeira	1,6	1,5	2,6	1,9
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	7,5	9,8	9,5	8,7
Administração pública, defesa e seguridade social	40,5	38,0	38,7	39,2
Saúde e educação mercantis	3,5	3,2	2,6	2,6
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,7	2,5	2,3	2,2
Serviços domésticos	0,2	0,3	0,2	0,3
Tocantins				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	14,1	14,1	14,1	14,7
Indústria extrativa mineral
Indústria de transformação	8,1	7,0	7,4	7,8
Eletricidade, gás e água	0,3	2,2	2,0	2,2
Construção	12,0	21,4	19,3	17,9
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	8,5	7,2	6,8	6,9
Alojamento e alimentação	1,4	1,1	1,2	1,2
Transportes e armazenagem	5,0	4,7	5,0	5,2
Comunicações	2,7	2,5	2,1	3,4
Intermediação financeira	4,6	4,1	5,6	4,7
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	6,7	5,3	4,7	4,2
Administração pública, defesa e seguridade social	27,7	23,1	25,3	25,2
Saúde e educação mercantis	5,9	4,8	4,1	4,2
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,4	2,0	1,8	1,8
Serviços domésticos	0,5	0,5	0,5	0,5

**Tabela 9 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto,
por Unidades da Federação - 2000-2003**

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Maranhão				
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária	16,8	17,1	18,0	20,3
Indústria extrativa mineral
Indústria de transformação	14,8	14,7	16,6	18,6
Eletricidade, gás e água	1,9	2,5	3,0	2,7
Construção	6,9	6,3	5,6	4,8
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	8,2	7,9	8,0	8,2
Alojamento e alimentação	1,0	1,0	1,0	0,8
Transportes e armazenagem	5,9	6,0	5,5	5,0
Comunicações	2,8	2,7	3,2	3,0
Intermediação financeira	3,1	3,8	4,2	3,4
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	7,6	6,8	6,4	5,2
Administração pública, defesa e seguridade social	24,5	25,4	23,2	22,9
Saúde e educação mercantis	4,8	4,4	3,9	3,7
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,1	1,1	1,0	0,9
Serviços domésticos	0,4	0,4	0,4	0,4
Piauí				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	10,4	10,4	9,1	12,1
Indústria extrativa mineral
Indústria de transformação	10,6	11,6	12,9	15,0
Eletricidade, gás e água	2,6	4,0	3,4	3,5
Construção	12,8	11,5	10,0	8,9
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	6,3	6,7	6,4	6,9
Alojamento e alimentação	1,1	1,1	0,9	0,8
Transportes e armazenagem	3,2	3,1	3,1	3,2
Comunicações	3,4	3,3	3,5	3,3
Intermediação financeira	3,1	4,2	5,7	4,1
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	11,4	8,5	7,6	6,6
Administração pública, defesa e seguridade social	30,1	30,9	32,4	31,1
Saúde e educação mercantis	3,6	3,5	3,4	3,3
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,0	1,0	1,0	0,9
Serviços domésticos	0,4	0,5	0,5	0,5

Tabela 9 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto, por Unidades da Federação - 2000-2003

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Ceará				
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária	6,1	5,2	6,1	6,6
Indústria extrativa mineral	1,3	1,5	1,5	1,4
Indústria de transformação	17,3	17,0	17,7	19,4
Eletricidade, gás e água	2,8	3,0	3,1	4,0
Construção	16,7	15,5	14,5	12,6
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	7,8	8,0	7,9	8,3
Alojamento e alimentação	2,6	2,8	2,7	2,5
Transportes e armazenagem	2,3	2,4	2,2	2,5
Comunicações	3,0	2,8	3,0	2,9
Intermediação financeira	3,5	5,3	7,1	6,1
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	9,6	9,3	8,4	7,4
Administração pública, defesa e seguridade social	22,2	22,3	21,3	22,1
Saúde e educação mercantis	3,1	3,1	2,7	2,5
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,2	1,2	1,2	1,2
Serviços domésticos	0,5	0,5	0,5	0,5
Rio Grande do Norte				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	2,6	2,3	6,7	5,7
Indústria extrativa mineral	14,9	14,7	15,2	15,7
Indústria de transformação	9,3	11,0	10,7	13,7
Eletricidade, gás e água	3,9	5,0	4,9	4,6
Construção	13,6	12,7	11,1	10,5
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	4,7	4,6	4,2	4,4
Alojamento e alimentação	1,4	1,4	1,3	0,9
Transportes e armazenagem	2,7	2,8	2,5	2,5
Comunicações	2,5	2,7	2,9	2,8
Intermediação financeira	2,6	3,1	4,3	3,2
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	10,6	10,2	8,7	7,7
Administração pública, defesa e seguridade social	27,1	25,6	24,3	25,3
Saúde e educação mercantis	3,3	3,2	2,6	2,2
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,4	0,4	0,4	0,4
Serviços domésticos	0,4	0,4	0,4	0,4

**Tabela 9 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto,
por Unidades da Federação - 2000-2003**

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Paraíba				
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária	12,7	12,2	11,2	12,1
Indústria extrativa mineral
Indústria de transformação	18,5	18,3	19,1	22,3
Eletricidade, gás e água	1,7	5,3	5,9	5,7
Construção	9,9	9,0	8,0	7,1
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	6,0	5,7	5,0	4,7
Alojamento e alimentação	0,8	0,7	0,6	0,5
Transportes e armazenagem	2,7	2,9	2,8	2,7
Comunicações	2,8	2,9	2,9	2,7
Intermediação financeira	2,7	3,8	4,7	3,4
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	9,0	8,1	7,3	6,6
Administração pública, defesa e seguridade social	28,9	27,2	28,3	28,4
Saúde e educação mercantis	2,8	2,6	2,7	2,5
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,0	0,9	0,9	0,8
Serviços domésticos	0,4	0,4	0,4	0,4
Pernambuco				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	8,5	8,5	9,8	9,8
Indústria extrativa mineral	0,1	0,1	0,1	0,1
Indústria de transformação	16,8	17,2	17,4	19,9
Eletricidade, gás e água	2,0	3,1	2,5	2,6
Construção	12,3	11,5	10,4	9,6
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	12,0	12,5	12,2	12,6
Alojamento e alimentação	2,5	2,5	2,4	2,2
Transportes e armazenagem	2,6	2,7	2,5	2,5
Comunicações	2,5	2,4	2,6	2,5
Intermediação financeira	3,1	3,4	4,4	3,6
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	9,8	9,1	8,3	7,2
Administração pública, defesa e seguridade social	22,2	21,5	22,3	22,5
Saúde e educação mercantis	2,7	2,5	2,1	1,8
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,6	2,5	2,5	2,6
Serviços domésticos	0,5	0,5	0,5	0,5

**Tabela 9 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto,
por Unidades da Federação - 2000-2003**

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Alagoas				
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária	10,3	10,6	8,2	7,4
Indústria extrativa mineral
Indústria de transformação	18,1	20,4	22,7	27,7
Eletricidade, gás e água	2,0	2,0	3,2	3,2
Construção	8,8	7,3	6,7	6,1
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	8,4	8,4	8,2	8,4
Alojamento e alimentação	1,3	1,2	1,1	0,9
Transportes e armazenagem	1,7	1,6	1,6	1,7
Comunicações	3,1	2,9	3,0	3,0
Intermediação financeira	3,2	3,5	4,6	3,7
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	10,7	9,5	8,5	7,1
Administração pública, defesa e seguridade social	27,0	27,5	27,5	26,3
Saúde e educação mercantis	3,0	2,8	2,4	2,5
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,5	1,5	1,5	1,4
Serviços domésticos	0,6	0,7	0,7	0,7
Sergipe				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	7,6	6,0	6,6	7,3
Indústria extrativa mineral	10,5	17,8	17,1	20,6
Indústria de transformação	18,7	14,0	14,1	14,8
Eletricidade, gás e água	1,3	16,0	16,2	16,0
Construção	6,8	4,5	4,2	3,7
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	7,3	5,6	5,4	5,3
Alojamento e alimentação	1,1	0,8	0,7	0,6
Transportes e armazenagem	2,5	1,7	1,3	1,3
Comunicações	2,1	1,9	2,2	2,0
Intermediação financeira	3,8	3,4	4,6	3,4
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	8,4	6,0	5,1	4,4
Administração pública, defesa e seguridade social	25,6	19,0	19,5	18,0
Saúde e educação mercantis	3,0	2,1	2,0	1,9
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,1	0,8	0,8	0,7
Serviços domésticos	0,3	0,3	0,3	0,3

**Tabela 9 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto,
por Unidades da Federação - 2000-2003**

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Bahia				
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária	10,7	10,5	12,8	11,5
Indústria extrativa mineral	1,4	2,9	2,9	3,2
Indústria de transformação	25,6	27,0	27,9	33,0
Eletricidade, gás e água	3,6	2,2	3,3	3,6
Construção	10,5	9,5	8,1	7,3
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	8,5	8,5	6,9	6,5
Alojamento e alimentação	2,2	2,1	1,7	1,6
Transportes e armazenagem	1,8	1,7	1,8	1,9
Comunicações	2,2	2,3	2,3	2,3
Intermediação financeira	3,1	3,3	4,4	3,2
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	10,7	10,6	9,2	8,1
Administração pública, defesa e seguridade social	14,2	13,9	13,8	13,3
Saúde e educação mercantis	2,6	2,5	2,0	1,9
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,5	2,5	2,4	2,2
Serviços domésticos	0,4	0,5	0,5	0,4
Minas Gerais				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	8,5	7,4	8,6	7,9
Indústria extrativa mineral	1,9	1,6	1,8	1,8
Indústria de transformação	23,9	24,4	24,8	27,4
Eletricidade, gás e água	4,8	4,0	3,8	4,2
Construção	12,8	11,7	10,9	9,8
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	7,8	8,3	8,1	8,6
Alojamento e alimentação	1,6	1,6	1,4	1,3
Transportes e armazenagem	2,6	2,5	2,5	2,5
Comunicações	2,4	2,5	2,7	2,7
Intermediação financeira	3,3	3,9	4,8	4,5
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	10,8	12,5	11,5	10,2
Administração pública, defesa e seguridade social	15,1	15,1	14,9	14,9
Saúde e educação mercantis	2,5	2,4	2,2	2,1
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,5	1,6	1,6	1,5
Serviços domésticos	0,5	0,5	0,5	0,6

**Tabela 9 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto,
por Unidades da Federação - 2000-2003**

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Espírito Santo				
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária	8,8	5,3	4,7	3,6
Indústria extrativa mineral	1,3	1,5	1,7	2,0
Indústria de transformação	23,6	24,8	27,6	31,7
Eletricidade, gás e água	1,5	1,4	1,0	1,1
Construção	10,8	10,7	10,0	9,2
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	9,5	8,9	9,2	8,8
Alojamento e alimentação	1,5	1,4	1,4	1,3
Transportes e armazenagem	6,3	6,9	6,2	5,7
Comunicações	2,3	2,5	2,9	3,0
Intermediação financeira	3,4	3,5	3,9	3,8
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	11,2	12,7	11,5	10,1
Administração pública, defesa e seguridade social	14,7	14,9	14,8	14,9
Saúde e educação mercantis	2,6	2,5	2,3	2,2
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,1	2,5	2,3	2,2
Serviços domésticos	0,4	0,5	0,5	0,5
Rio de Janeiro				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	0,7	0,7	0,6	0,6
Indústria extrativa mineral	18,2	19,4	23,9	25,9
Indústria de transformação	17,1	16,4	16,2	17,2
Eletricidade, gás e água	3,5	4,2	3,5	3,4
Construção	7,1	6,5	6,0	5,9
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	5,6	5,4	5,0	5,0
Alojamento e alimentação	1,8	1,9	1,6	1,4
Transportes e armazenagem	1,7	1,7	1,8	1,9
Comunicações	2,5	2,1	2,3	2,0
Intermediação financeira	4,5	4,9	5,9	5,4
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	13,6	12,9	11,7	10,6
Administração pública, defesa e seguridade social	18,8	18,8	17,1	16,5
Saúde e educação mercantis	2,3	2,2	1,8	1,8
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,2	2,3	2,1	1,9
Serviços domésticos	0,5	0,6	0,5	0,5

**Tabela 9 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto,
por Unidades da Federação - 2000-2003**

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
São Paulo				
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária	4,1	6,5	7,8	7,7
Indústria extrativa mineral	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústria de transformação	31,8	31,7	31,6	35,0
Eletricidade, gás e água	3,6	3,2	3,1	3,2
Construção	7,3	6,4	6,0	5,6
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	7,6	7,1	6,6	6,4
Alojamento e alimentação	1,5	1,4	1,4	1,3
Transportes e armazenagem	1,9	1,9	2,0	1,5
Comunicações	3,4	3,1	2,7	2,6
Intermediação financeira	7,5	9,5	10,2	10,1
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	16,8	15,6	14,6	12,8
Administração pública, defesa e seguridade social	10,1	9,4	10,0	10,0
Saúde e educação mercantis	2,7	2,5	2,2	2,1
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,2	1,2	1,2	1,1
Serviços domésticos	0,5	0,5	0,5	0,5
Paraná				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	13,7	13,0	16,2	19,7
Indústria extrativa mineral	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústria de transformação	23,9	26,5	24,8	26,4
Eletricidade, gás e água	6,1	7,2	6,8	5,3
Construção	11,3	10,1	9,2	8,1
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	7,3	7,6	7,5	8,1
Alojamento e alimentação	1,2	1,2	1,1	1,1
Transportes e armazenagem	2,1	2,0	2,3	2,1
Comunicações	1,9	2,0	2,0	1,9
Intermediação financeira	4,6	5,2	6,1	5,6
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	13,4	11,1	10,2	8,6
Administração pública, defesa e seguridade social	10,4	10,2	10,1	9,5
Saúde e educação mercantis	2,8	2,6	2,3	2,2
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,8	0,8	0,8	0,9
Serviços domésticos	0,5	0,5	0,5	0,5

**Tabela 9 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto,
por Unidades da Federação - 2000-2003**

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Santa Catarina				
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária	13,8	13,5	14,3	16,9
Indústria extrativa mineral	0,1	0,1	0,0	0,0
Indústria de transformação	38,2	38,6	37,6	38,5
Eletricidade, gás e água	3,5	4,3	4,9	4,8
Construção	6,9	6,3	6,0	5,8
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	5,8	5,6	5,2	4,9
Alojamento e alimentação	2,3	2,2	2,1	2,0
Transportes e armazenagem	1,7	1,6	1,8	1,7
Comunicações	1,8	2,1	2,2	2,1
Intermediação financeira	2,8	3,1	4,8	3,6
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	8,4	8,7	7,9	6,7
Administração pública, defesa e seguridade social	11,1	10,2	9,9	9,7
Saúde e educação mercantis	2,8	2,5	2,2	2,3
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,7	0,6	0,6	0,8
Serviços domésticos	0,3	0,3	0,3	0,3
Rio Grande do Sul				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	11,9	14,5	14,8	18,7
Indústria extrativa mineral	0,1	0,1	0,1	0,1
Indústria de transformação	33,0	32,5	32,6	33,8
Eletricidade, gás e água	1,9	2,0	2,0	1,8
Construção	6,0	5,4	5,0	4,6
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	9,5	9,4	9,0	9,2
Alojamento e alimentação	1,3	1,2	1,1	1,0
Transportes e armazenagem	1,6	1,6	1,6	1,6
Comunicações	1,7	2,0	2,0	1,6
Intermediação financeira	3,9	4,2	6,2	4,7
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	11,9	11,1	10,1	8,5
Administração pública, defesa e seguridade social	13,3	12,2	12,0	11,2
Saúde e educação mercantis	2,4	2,2	2,0	1,8
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,1	1,2	1,1	1,0
Serviços domésticos	0,5	0,5	0,5	0,5

**Tabela 9 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto,
por Unidades da Federação - 2000-2003**

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Mato Grosso do Sul				
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária	28,4	32,0	33,2	37,6
Indústria extrativa mineral	0,3	0,2	0,3	0,3
Indústria de transformação	12,0	11,5	10,3	10,8
Eletricidade, gás e água	1,7	1,6	1,4	1,7
Construção	10,1	9,2	9,2	8,3
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	9,0	8,4	8,1	7,5
Alojamento e alimentação	2,5	2,3	2,2	2,0
Transportes e armazenagem	2,9	2,8	2,6	2,4
Comunicações	2,5	2,5	2,6	2,4
Intermediação financeira	2,9	3,1	4,9	3,8
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	6,0	5,7	5,6	4,9
Administração pública, defesa e seguridade social	15,3	14,5	13,7	12,6
Saúde e educação mercantis	3,2	2,8	2,7	2,3
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,5	2,5	2,5	2,5
Serviços domésticos	0,8	0,8	0,8	0,9
Mato Grosso				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	26,8	24,5	29,9	36,3
Indústria extrativa mineral	1,9	1,4	1,0	1,0
Indústria de transformação	9,9	10,5	11,1	11,7
Eletricidade, gás e água	2,0	2,9	2,6	2,3
Construção	7,7	7,4	6,6	5,9
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	12,1	12,9	11,3	10,1
Alojamento e alimentação	2,2	2,3	2,1	2,0
Transportes e armazenagem	2,1	2,1	2,0	1,6
Comunicações	1,9	2,3	2,5	2,5
Intermediação financeira	3,4	3,9	5,2	4,3
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	5,6	5,9	5,2	4,4
Administração pública, defesa e seguridade social	18,3	17,9	15,4	13,5
Saúde e educação mercantis	3,7	3,5	3,0	2,3
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,9	1,9	1,6	1,4
Serviços domésticos	0,5	0,5	0,5	0,5

**Tabela 9 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto,
por Unidades da Federação - 2000-2003**

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003
Goiás				
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária	17,2	17,5	22,5	21,9
Indústria extrativa mineral	0,4	0,3	0,2	0,3
Indústria de transformação	15,4	15,0	16,0	18,6
Eletricidade, gás e água	2,7	6,9	5,8	6,5
Construção	14,1	12,8	10,6	9,8
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	8,2	8,5	7,3	7,3
Alojamento e alimentação	1,4	1,3	1,0	0,9
Transportes e armazenagem	1,8	1,4	1,5	1,5
Comunicações	3,0	3,1	3,3	2,9
Intermediação financeira	3,7	3,9	4,7	4,2
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	7,7	6,9	5,9	5,3
Administração pública, defesa e seguridade social	16,0	14,7	14,7	14,3
Saúde e educação mercantis	4,0	3,5	2,9	2,7
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3,9	3,6	3,2	3,2
Serviços domésticos	0,6	0,6	0,5	0,5
Distrito Federal				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	0,5	0,5	0,7	0,7
Indústria extrativa mineral	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústria de transformação	2,9	2,6	2,6	3,2
Eletricidade, gás e água	0,5	0,8	0,7	1,4
Construção	3,4	3,2	3,0	3,1
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	3,4	3,5	3,3	3,7
Alojamento e alimentação	0,8	0,7	0,7	0,7
Transportes e armazenagem	1,5	1,5	1,4	1,9
Comunicações	1,8	2,2	2,1	1,9
Intermediação financeira	14,7	13,5	15,7	14,2
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	8,9	8,0	7,7	7,6
Administração pública, defesa e seguridade social	59,0	60,8	59,5	59,0
Saúde e educação mercantis	2,1	2,0	2,0	2,0
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,2	0,2	0,2	0,2
Serviços domésticos	0,4	0,4	0,4	0,5

Referências

AFFONSO, R. de B. A.; SILVA, P. L. B. (Org.). *Reforma tributária e federação*. São Paulo: Fundap: Ed. da Unesp, 1995. 212 p. (Federalismo no Brasil).

BRASIL. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o sistema tributário nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis a União, estados e municípios. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 27 out. 1966. p. 12452, col.1.

BRASIL, novo sistema de contas nacionais: metodologia e resultados provisórios, ano-base 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. 2 v. (Textos para discussão, n. 10).

CENSO AGROPECUÁRIO 1985. Rio de Janeiro: IBGE, v.1-28, 1990-1991.

CENSO DE EMPRESAS 1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. 122 p.

CENSO DOS TRANSPORTES 1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 167 p.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas: CNAE: Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 344 p. Acompanha 1 CD-ROM.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas: CNAE: publicação provisória. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. 194 p.

CONTAS regionais do Brasil: 1985-1997. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 104 p. (Contas nacionais, n. 3).

CONTAS regionais do Brasil 1998. Rio de Janeiro : IBGE, 2000. 99 p. (Contas nacionais, n. 5).

CONTAS regionais do Brasil 1999. Rio de Janeiro : IBGE, 2001. 111 p. (Contas nacionais, n. 6)

CONTAS regionais do Brasil 2000. Rio de Janeiro : IBGE, 2002. 122 p. (Contas nacionais, n. 8). Acompanha 1 CD-ROM.

CONTAS regionais do Brasil 2001. Rio de Janeiro : IBGE, 2003. 114 p. (Contas nacionais, n. 11). Acompanha 1 CD-ROM.

CONTAS regionais: proposta metodológica. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. 85 p.

DEJONGHE, V.; VINCENAU, M. *Les produits intérieurs bruts régionaux: sources et méthodes*. Paris: Institut National de la Statistique et des Études Économiques, [1996]. 176 p. (INSEE methodes, n. 55).

GÓES, M. C. A modernização das estatísticas econômicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, 1996, Rio de Janeiro. *Informação para uma sociedade mais justa: textos para discussão*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. v. 9, t. 5.

INTERNATIONAL standard industrial classification of all economic activities – ISIC. Rev.2. New York: United Nations, 1971. (Statistical papers. Series M, n.4).

MATRIZ de insumo-produto: Brasil - 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. 204 p. (Série relatórios metodológicos, v. 7).

MATRIZ de insumo-produto: Brasil - 1990. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. 246 p.

MATRIZ de insumo-produto: Brasil - 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 223 p.

MÉTODOS de contabilidad regional: valor añadido bruto y formación bruta de capital fijo por rama de actividad. Luxemburgo: Eurostat, 1995.

NOTAS técnicas. Censo Industrial 1985. Dados gerais. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, n.1, p.179 – 201, 1990. Acima do título: Censos Econômicos de 1985.

PACHECO, C. A. *Fragmentação da nação*. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, c1998. 291 p.

REGIONAL accounts methods: household accounts. Luxemburg: Eurostat, 1996. 25 p. (Series E, methods statistical document).

REGIONALIZAÇÃO das transações do setor público. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 94 p. (Série relatórios metodológicos, v.20).

REGIONALIZAÇÃO das transações do setor público: atividade de administração pública. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. v. 1: 1991-1993. Acompanha 1 CD-ROM.

REGIONALIZAÇÃO das transações do setor público: atividade de administração pública. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. v. 2: 1994-1997. Acompanha 1 CD-ROM.

REGIONALIZAÇÃO das transações do setor público 1998: atividade de administração pública. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 52 p. Acompanha 1 CD-ROM.

REGIONALIZAÇÃO das transações do setor público 1999: atividade de administração pública. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 91 p. Acompanha 1 CD-ROM.

- REGIONALIZAÇÃO das transações do setor público: atividade empresarial do governo. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. v. 1: 1991-1994. Acompanha 1 CD-ROM.
- REGIONALIZAÇÃO das transações do setor público: atividade empresarial do governo. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. v. 2: 1995-1998. Acompanha 1 CD-ROM.
- REGIONALIZAÇÃO das transações do setor público 1999: atividade empresarial do governo. Rio de Janeiro : IBGE, 2001. 146 p. Acompanha 1 CD-ROM.
- REGIONALIZAÇÃO das transações do setor público 2000: atividade empresarial do governo. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 154 p. Acompanha 1 CD-ROM.
- REGIONALIZAÇÃO das transações do setor público 2001: atividade empresarial do governo. Rio de Janeiro : IBGE, 2003. 153 p. Acompanha 1 CD-ROM.
- SISTEMA de contas nacionais: Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, 1997. v.1: 1990-1995.
- SISTEMA de contas nacionais: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. v. 2: 1996.
- SISTEMA de contas nacionais: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. v. 1: Tabelas de recursos e usos 1995-1999. (Contas nacionais, n. 4). Acompanha 1 CD-ROM.
- SISTEMA de contas nacionais: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. v. 2: Contas econômicas integradas 1995-1999. (Contas nacionais, n. 4). Acompanha 1 CD-ROM.
- SISTEMA de contas nacionais: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 156 p. (Série relatórios metodológicos, n.24).
- SISTEMA de contas nacionais: Brasil: 1998-2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 207 p. (Contas nacionais, n. 7). Acompanha 1 CD-ROM.
- SISTEMA de contas nacionais: Brasil: 1999-2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 212 p. (Contas nacionais, n. 9). Acompanha 1 CD-ROM.
- SISTEMA de contas nacionais: Brasil: 2000-2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 210 p. (Contas nacionais, n. 10). Acompanha 1 CD-ROM.
- SISTEMA de contas nacionais: Brasil: resultados preliminares 1997. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. 130 p. (Contas nacionais, n. 1).
- SISTEMA de contas nacionais: Brasil: resultados preliminares 1998. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 235 p. (Contas nacionais, n. 2).
- SYSTEM of national accounts. Rev. 3. New York: United Nations, 1968. 246 p. (Studies in methods. Serie F, n. 2).
- SYSTEM of national accounts 1993. Rev.4. New York: United Nations, 2003. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/sna1993/introduction.asp>>. Acesso em: out. 2004.

Glossário

atividade econômica Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal.

consumo intermediário Bens e serviços utilizados como insumos (matérias-primas) no processo de produção.

deflator implícito Variação média dos preços do período em relação à média dos preços do período anterior.

dummy financeiro Setor fictício que tem produção nula e consumo intermediário igual aos serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (SIFIM).

impostos sobre a produção e de importação Impostos, taxas e contribuições pagos pelas unidades de produção e que incidem sobre a produção, a comercialização, a importação e a exportação de bens e serviços e sobre a utilização dos fatores de produção.

impostos sobre produtos Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários.

produto interno bruto Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes sendo, portanto, a soma dos valores adicionados pelos diversos setores acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos na valoração da produção. Por outro lado, o produto interno bruto é igual à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado sendo, também, igual à soma das rendas

primárias. Pode, portanto, ser expresso por três óticas: a) do lado da produção – o produto interno bruto é igual ao valor da produção menos o consumo intermediário mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos no valor da produção; b) do lado da demanda - o produto interno bruto é igual à despesa de consumo final mais a formação bruta de capital fixo mais a variação de estoques mais as exportações de bens e serviços menos as importações de bens e serviços; c) do lado da renda - o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação mais o rendimento misto bruto mais o excedente operacional bruto.

remuneração dos empregados Despesas efetuadas pelos empregadores (salários mais contribuições sociais efetivas) com seus empregados em contrapartida do trabalho realizado.

rendimento de autônomos Remuneração pelo trabalho efetuado pelo proprietário de um negócio que não pode ser identificada separadamente do seu rendimento como empresário.

salários e ordenados Salários e ordenados recebidos em contrapartida do trabalho, em moeda ou em mercadorias.

serviços de intermediação financeira indiretamente medidos Rendimentos de propriedade a receber pelos intermediários financeiros líquidos dos juros totais a pagar, excluindo o valor de qualquer rendimento de propriedade a receber de investimento de fundos próprios.

território econômico Território geográfico administrado por um governo dentro do qual circulam livremente pessoas, bens e capitais.

unidade residente Unidade que mantém o centro de interesse econômico no território econômico, realizando, sem caráter temporário, atividades econômicas nesse território.

valor adicionado Valor que a atividade acrescenta aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

variação de estoques Diferença entre os valores dos estoques de mercadorias finais, de produtos semimanufaturados, bens em processo de fabricação e matérias-primas dos setores produtivos no início e no fim do ano, avaliados aos preços médios correntes do período.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Contas Nacionais

Roberto Luís Olinto Ramos

Definição da metodologia

Eduardo Pereira Nunes

Treinamento das equipes regionais

Frederico Sérgio Gonçalves Cunha

Gélio Bazoni

Elaboração

Alessandra Soares da Poça

Alexandre da Silva Ramos

Carlos Cesar Bittencourt Sobral

Dione Conceição de Oliveira

Frederico Sérgio Gonçalves Cunha

Gélio Bazoni

João Hallack Neto

Sheila Cristina Zani

Valdilson Batista de Moraes

Vinícius Feitosa de Camargo Pacheco

Comissão técnica

Adalberto Maia Neto

Ana Cláudia de Azevedo Monteiro

Cláudia Baptista Ferreira Pereira

Edmundo Sá Barreto Figuerôa

Eliandres Pereira Saldanha

Frederico Sérgio Gonçalves Cunha

Gélio Bazoni
Gilson Volaco
Maria Eloisa Bezerra da Rocha
Maria Helena Magnavaca de Alencar
Miguel Matteo
Milton Antonio do Nascimento
Roberto Luís Olinto Ramos

Informática

Alessandra Soares da Poça
Carlos Alberto Mendonça dos Santos

Publicação**Elaboração do texto**

Eduardo Pereira Nunes

Elaboração das tabelas e gráficos

Carlos Alberto Mendonça dos Santos

Organização

Alessandra Soares da Poça
Delaris Dantas de Souza de Menezes
Frederico Sérgio Gonçalves Cunha
Teresa Cristina Millions

Órgãos Estaduais de Estatística**Rondônia****Secretaria de Estado do Planejamento, Coordenação Geral e Administração - SEPLAD**

Telma Regina Silva de Albuquerque

Acre**Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável, Gerência de Estudos e Pesquisa Aplicada a Gestão**

Cláudia Lima Saldanha
Marcelo Pessoa da Silva
Roney Wellington da Silva Caldera

Amazonas**Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – SEPLAN/AM**

Francisco Alves de Freitas
José Sandro da Mota Ribeiro
Júlio Afonso da Silva Filho
Maria Celeste Sampaio Amorim

Roraima**Secretaria de Planejamento e Orçamento – SEPLAN/RR**

Luciano Monteiro do Amaral
Milton Antonio do Nascimento
Terezinha de Jesus Andrade da Silva

Pará

Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

Ana Cláudia de Oliveira Andrade
Lúcia Cristina de Andrade
Maria Glaucia Pacheco Moreira
Omír de Araújo Silva
Rosemery Tillmann Silva

Amapá

Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação, Departamento de Estatística e Informação

Francisco de Assis Souza Costa
Regina Célis Martins Ferreira

Maranhão

Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAN/MA Superintendência de Estudos e Pesquisas Econômicas e Sociais – SEPES/MA

Aziz Tajra Neto
Geraldo Ferreira Burger
Sadick Nahuz Neto

Piauí

Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí - CEPRO

Evaristo Alves dos Reis Junior
Joana D'Arc Fortes Portela Barbosa
Maria de Fátima Facchinetti de Almendra Freitas
Valderi Lopes de Lima

Ceará

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

Maria Eloisa Bezerra da Rocha
Margarida Maria Sérgio do Nascimento
Rogério Barbosa Soares

Rio Grande do Norte

Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA

Amaury Macêdo do Nascimento
Isabela Monteiro de Souza Rezende
José Leônidas Galvão Neto
Wagner Rodrigues

Paraíba

Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba - IDEME

Geraldo Lopes de Oliveira
Valkênia Herculano de Moraes Souza

Pernambuco

Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM

Carlos Henrique Loyo Carneiro da Cunha
Claudia Baptista Ferreira Pereira

Eduardo Ferreira da Silva Júnior (estagiário)
Fabio de Oliveira Medeiros (estagiário)
Maurílio Soares de Lima
Wilson Grimaldi

Alagoas

Secretaria Executiva de Planejamento e Orçamento – SEPLAN/AL

Christiane Louise Lima Silva
Gilvandro Freitas
Ilmo Wanderley Gallindo
Roberson Leite Silva Júnior
Teresa Márcia da Rocha Lima Emery

Sergipe

Secretaria de Estado de Planejamento, Ciência e Tecnologia - SEPLANTEC

Ana Rita Dória Oliveira Fiel
Josefa Maria Góis de Mello
Márcia Bastos Monteiro

Bahia

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI

Edmundo Sá Barreto Figueirôa
Gustavo Casseb Pessot
Ítalo Guanais Aguiar Pereira
Margarida Maria de Andrade

Minas Gerais

Fundação João Pinheiro, Centro de Estatísticas e Informações - FJP

Marcelo Moreira Ferreira da Silva (estagiário)
Maria de Fátima Almeida Barbosa Gomes
Maria Helena Magnavaca de Alencar
Renata Caetano Batista Compart

Espírito Santo

Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves - IPES

Ana Maria Alvarenga Taveira
Carla D'Angelo Moulin
Jussara Maria Chiappane

Rio de Janeiro

Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro - CIDE

Ana Célia Alves Santos
Ana Cristina Xavier Andrade
Armando de Souza Filho
Henrique Gurvitz
Seráfita Azeredo Ávila

São Paulo

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE

Alexandre Comin
Juliana Fonseca (estagiária)
Lígia Schiavon Duarte

Maria Regina Novaes Marinho
Miguel Matteo
Roberto Novaes Filho

Paraná

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico-Social - IPARDES

Gilson Volaco
Ricardo Kureski

Santa Catarina

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão de Santa Catarina - SPG/SC

Cláudio José Luz Mendonça
Paulo Cesar Zoldan

Rio Grande do Sul

Fundação de Economia e Estatística - FEE

Adalberto Alves Maia Neto
Carlos Bertolli de Gouveia
Eliana Figueiredo da Silva
Juarez Meneghetti
Maria Conceição Schettert
Sérgio Fischer

Mato Grosso do Sul

Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul – SEPLANCT/MS

Eliandres Pereira Saldanha
Marley Pettengill Galvão Serra
Walter Yoshio Kadoi

Mato Grosso

Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso - SEPLAN/MT

Marilde Brito Lima

Goiás

Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás – SEPLAN/GO

Alex Salvino Dias
Dinamar Maria Ferreira Marques
Marcos Fernando Arriel

Distrito Federal

Secretaria de Planejamento, Coordenação e Parcerias do Distrito Federal

Eurípedes Regina Rodrigues de Oliveira
Sandra Regina Andrade Silva
Francisco de Assis Rodrigues

Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Ana Claudia de Azevedo Monteiro
José Alberto da Costa Machado
Renilson Rodrigues da Silva

Projeto Editorial**Centro de Documentação e Disseminação de Informações****Coordenação de Produção**

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração**Estruturação textual, tabular e de gráficos**

Carmen Heloisa Pessoa

Katia Vaz Cavalcanti

Beth Fontoura

Diagramação tabular e de gráfico

Beth Fontoura

Copidesque e revisão

Anna Maria dos Santos

Cristina R. C. de Carvalho

Diagramação textual

Solange Maria Mello de Oliveira

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Gerência de Gráfica**Impressão e acabamento**

José Augusto dos Santos

Gerência de Documentação**Normalização bibliográfica e de glossário**

Ana Raquel Gomes da Silva

Aparecida Tereza Rodrigues Regueira

Diva de Assis Moreira

Solange Oliveira

Gráfica Digital**Impressão**

Ednalva Maia do Monte

Contas Nacionais

Matriz de insumo-produto: Brasil 1980. (Série relatórios metodológicos, v. 7).

Matriz de insumo-produto: Brasil 1985. 2 disquetes; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1990.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1991. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1992. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1993. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1994. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1995.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1996.

Matriz de insumo-produto: Brasil. (Série relatórios metodológicos, v. 18).

Brasil: novo sistema de contas nacionais, metodologia e resultados provisórios, ano-base 1980. 2 v. (Textos para discussão, n. 10).

Novo sistema de contas nacionais, séries correntes 1981-85. 2 v. (Textos para discussão, n. 51).

Sistema de contas nacionais, tabelas de recursos e usos: metodologia. (Textos para discussão, n. 88).

Sistema de contas nacionais: Brasil, v. 1: 1990-1995; v. 2: 1996.

Sistema de contas nacionais: Brasil: resultados preliminares 1997. (Contas nacionais, n. 1).

Sistema de contas nacionais: Brasil: resultados preliminares 1998. (Contas nacionais, n. 2).

- Sistema de contas nacionais: Brasil, v. 1:Tabelas de recursos e usos 1995-1999; v.2: Contas econômicas integradas 1995-1999. (Contas nacionais, n. 4).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 1998-2000. (Contas nacionais, n. 7).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 1999-2001. (Contas nacionais, n. 9).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2000-2002. (Contas nacionais, n. 10).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2003. (Contas nacionais, n. 12).
- Sistema de contas nacionais: Brasil (Série relatórios metodológicos, v. 24).
- Contas regionais do Brasil 1985-1997. (Contas nacionais, n. 3).
- Contas regionais do Brasil 1998. (Contas nacionais, n. 5).
- Contas regionais do Brasil 1999. (Contas nacionais, n. 6).
- Contas regionais do Brasil 2000. (Contas nacionais, n. 8).
- Contas regionais do Brasil 2001. (Contas nacionais, n. 11)
- Contas regionais do Brasil 2002. (Contas nacionais, n. 13)
- Contas regionais do Brasil 2003. (Contas nacionais, n. 15)
- Produto Interno Bruto dos Municípios 1999-2002. (Contas nacionais, n. 14).